

Emissão de NFC-e alcança 1,018 bilhão em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Emitida em todos os 417 municípios do estado, por mais de 71 mil empresas, a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) finalizou o ano de 2020 com 1,018 bilhão de documentos gerados em toda a Bahia, consolidando sua presença no cotidiano de contribuintes e consumidores baianos.

O uso da NFC-e ao longo de 2020 refletiu o impacto da pandemia do coronavírus na atividade econômica, com o menor volume na emissão do documento fiscal coincidindo com o início do fechamento do comércio, em abril de 2020. O mês registrou 66,4 milhões de notas eletrônicas emitidas, ante as 84,7 milhões registradas em março. O ritmo foi retomado paulatinamente, mês a mês, culminando, em dezembro, com a marca de 105,3 milhões de notas emitidas.

'O novo documento eletrônico representa um grande avanço para o consumidor, que graças aos registros de 3,2 milhões de notas armazenadas diariamente na

Fazenda Estadual tem acesso às pesquisas em tempo real de melhores ofertas no mercado, promovidas pelo aplicativo **Preço da Hora Bahia**', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Com a NFC-e, lembra ainda o secretário, o consumidor pode ter suas notas armazenadas na nuvem e recorrer a este acervo no banco de dados da Sefaz-Ba quando necessitar, bastando para isso inscrever-se na campanha **Nota Premiada Bahia** e inserir a cada compra o CPF cadastrado. Além de guardar todas as notas associadas ao CPF, quem se cadastra também concorre a prêmios em dinheiro e permite também que as instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** sejam contempladas com recursos proporcionais à quantidade de pontos conquistados com os documentos fiscais de seus apoiadores.

Para as empresas, a NFC-e representa economia operacional por permitir o uso de impressoras comuns, reduzindo os gastos com equipamentos especiais, lembra Vitório. Ao permitir iniciativas como a Nota Premiada e o **Preço da Hora Bahia**, conclui o secretário, 'o consumidor torna-se também parceiro do **fisco** ao adquirir o hábito de solicitar às empresas a emissão das notas, o que amplia a eficácia da fiscalização'.

Capital e interior

Do total de notas emitidas no ano, 67%, ou 677,1 milhões, foram geradas a partir de compras efetuadas no interior do Estado. A capital, Salvador, por sua vez, responde por 337 milhões de NFC-es emitidas de

janeiro a dezembro de 2020, liderando o ranking das cidades baianas com maior número de documentos gerados, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 54,4 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 32,1 milhões, Lauro de Freitas, com 31,1 milhões, e Camaçari, com 29,8 milhões. Completam ainda o grupo dos municípios com maior volume de notas emitidas Porto Seguro (22,4 milhões), Itabuna (22,2 milhões), Ilhéus (19,3 milhões) e Juazeiro (16,7 milhões).

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram a emitir a NFC-e de forma obrigatória, juntando-se às empresas grandes e médias. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs).

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)** e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao **fisco** verificar se o recolhimento do **ICMS** foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site, clicando em 'Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica' > 'Como se tornar emissor de NFC-e'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, ICMS, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade, Preço da Hora

App baiano permite consultar preços de produtos em tempo real



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O app é gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) (Foto: Reprodução)

Sabe aquele momento em que você precisa pesquisar os preços de determinados produtos, para organizar sua lista de compras para um evento especial? Ou apenas quando você quer saber onde é o melhor lugar para comprar determinado item? Pois bem: aquele velho hábito de sair para fazer pesquisa está com os dias contados e não só pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

O **Governo do Estado** criou o aplicativo **Preço da Hora Bahia**, que permite a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pesquisar preços de produtos em milhares de estabelecimentos comerciais no estado. Via celular ou computador, a pesquisa pode ser feita em segundos.

Como funciona

Disponível gratuitamente para Android e iOS, o app é gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) e é alimentado pelos preços lançados nas notas fiscais emitidas em todo estado. De acordo com a Sefaz, são mais de 500 mil produtos e os preços são atualizados em tempo real. Diariamente, a Sefaz processa mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas.

'Esta é uma importante ferramenta disponível para quem estiver interessado por produtos comercializados na Bahia, onde o consumidor estiver', afirma o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Além dos aplicativos, o serviço também pode ser acessado pelo site oficial precodahora.ba.gov.br. Assim, o cidadão tem acesso a preços de qualquer produto, desde combustíveis até pão, passando pelos itens da cesta básica. Mais de 370 mil pessoas já estão usando o **Preço da Hora Bahia**.

Como pesquisar

O aplicativo permite usar o sistema de localização do celular, pesquisar a partir do centro de uma cidade ou usar um endereço completo, então, antes de pesquisar, é preciso escolher e configurar uma dessas opções.

Depois disso, é só voltar para a tela de pesquisa e digitar o nome do produto. É preciso ficar atento à grafia correta das palavras: de acordo com o teste feito pela equipe do CFF, o sistema só localiza palavras escritas corretamente. Os resultados da pesquisa são mostrados em ordem do menor para o maior preço.

Também é importante ser o mais específico possível, já que o sistema localiza todos os produtos com a palavra pesquisada no nome. Por exemplo, ao pesquisar "óleo" o aplicativo retorna tanto preços de sabonetes que levam algum óleo na composição, quanto óleo de soja e até óleo veicular. Já ao pesquisar "óleo de soja" os resultados foram direcionados apenas para itens culinários.

Vale lembrar que o aplicativo serve para busca de preços de qualquer produto vendido no varejo, dentro do estado, e não apenas itens alimentícios. De acordo com o app, por exemplo, o menor preço de venda do Novo Onix Plus LT é R\$ 67.270,00 e a gasolina comum mais barata, em Camaçari, custa R\$ 4,50/l.

Além do preço do produto, o sistema mostra data e hora do registro mais recente do preço, endereço e telefone da loja. O sistema permite ainda fazer listas de compras com seus produtos favoritos e checar o ranking dos melhores preços na região pesquisada.

Clique aqui e siga-nos no Facebook

Próximo >

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria

da Fazenda - Manoel Vitório, Preço da Hora

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/01/2021	



Segunda, 18 de Janeiro de 2021 - 11:10

Armando Castro

por Ailma Teixeira



Armando Castro | Foto: Acervo Pessoal

Responsável por alimentar o governo estadual com informações que contribuam para o planejamento das ações públicas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA) ressalta que vinha analisando os impactos da saída da Ford do Brasil mesmo antes da empresa anunciar a medida na última segunda-feira (11). Em 2019, eles produziram um relatório, estimando os desdobramentos desse eventual fechamento na economia do estado, já que uma das fábricas da montadora fica em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

"A produção da indústria automotiva na Bahia representa 2,1% de todo valor bruto da produção do estado e emprega, segundo a Rais [Relação Anual de Informações Sociais], 8 mil trabalhadores. Utilizamos a matriz insumo-produto para estimar os impactos e os resultados mostram que eliminação de todo o setor tem potencial para reduzir a riqueza gerada no estado, o Valor Adicionado, em 2% ao ano, algo em torno de R\$ 5 bilhões. Em termos de emprego, as estimativas divergem a depender do método empregado variando entre 21 mil e 60 mil empregos encerrados em diversos setores da economia baiana", estima a SEI-BA, representada pelo diretor de Indicadores e Estatística, Armando Castro, em entrevista ao Bahia Notícias.

A superintendência aponta que, somado a esse problema, o panorama da economia baiana já não se encontra em um de seus melhores momentos diante da retração das atividades produtivas e dos postos de emprego. Com isso, a avaliação geral é de que "o ritmo de qualquer recuperação do emprego e da renda se encontra incerto". "Nesse contexto, o segmento automotivo baiano já vinha dispendo de uma dinâmica com mais desligamentos do que admissões nos últimos anos - sinalizando, assim, dificuldades em empreender um ritmo de recomposição", pontua Castro.

Ao falar com o BN por e-mail, ele ainda abordou o impacto do fim do auxílio emergencial em meio à segunda onda da Covid-19 e a relevância da parceria comercial com a China e outros países asiáticos no atual cenário de crise.

Com a saída da Ford do Brasil, o governador Rui Costa disse que já busca alternativas para substituir a fábrica em Camaçari. A informação ainda é muito recente, mas a SEI, enquanto órgão responsável por estudos, e ligado ao Executivo, já tem agenda com outros entes para discutir o assunto? Qual o papel da superintendência em situações como essa?

A SEI tem produzido informações sobre possíveis impactos da saída da Ford desde que esse assunto veio à pauta. Em 2019, produzimos um relatório com base na matriz insumo produto do Estado, estimando desdobramentos em termos de produto e emprego na economia baiana considerando a saída do setor automotivo de nossa estrutura produtiva. Nosso papel é subsidiar o governo com informações e estudos que ajudem o planejamento das ações públicas e na tomada de decisão.

A Fieb sugeriu que a Tesla, empresa automotiva e de armazenamento de energia, poderia ser uma alternativa para ocupar o parque fabril. Na avaliação da SEI, quais são as opções viáveis neste momento?

A sugestão da Fieb é muito pertinente, pois os carros com motor à combustão estão com os dias contados. No Reino Unido, por exemplo, serão proibidos de serem adquiridos em 2030 e os carros elétricos já representam 7% da nova frota e os híbridos 25%. Na Noruega e em regiões da França já em 2025 não poderão ser comercializados automóveis à gasolina ou diesel. A China selecionou uma ilha com 9 milhões de habitantes chamada Hainan para substituir toda frota de veículos em circulação até 2030 por carros movidos a energia eólica ou solar. Se funcionar, reproduzirão o modelo em todo país. Qualquer grande investimento de longo prazo no setor automotivo deve levar em conta a transição tecnológica, e, hoje, a Tesla está à frente na produção de carros elétricos. Evidente que ainda há uma estrada no sentido de plena viabilidade econômica, porém, é uma realidade irreversível. Algumas montadoras tradicionais também já estão produzindo carros elétricos ao redor do mundo. Claro que o mercado na América Latina é bem diferente do europeu ou do chinês e se conseguirmos atrair uma montadora de qualquer natureza será uma grande vitória.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, já pressiona para que os governos federal, estaduais e municipais atuem para reduzir o Custo Brasil. Seria essa uma das soluções para evitar que outras grandes empresas sigam os passos da Ford?

Essa é uma pauta importante do setor industrial, porém requer uma análise mais aprofundada para cada caso específico, pois o outro lado da moeda da renúncia fiscal é o impacto sobre o orçamento público e as consequências em termos de realização de políticas públicas. Alguns negócios necessitam, sim, de redução de impostos para se tornarem economicamente viáveis e outros buscarão localidades que ofereçam tais vantagens. Porém, a decisão da Ford está mais relacionada com estratégias globais e mau desempenho de seus produtos. Notem que, enquanto lamentamos os empregos perdidos na Bahia, as ações da Ford disparam.

Em relação aos prejuízos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari estima que a fábrica gere 12 mil empregos diretos e mais 60 mil indiretos. A SEI reconhece esses números? Qual deve ser o prejuízo em termos de empregos perdidos com o fechamento da montadora?

A produção da indústria automotiva na Bahia representa 2,1% de todo valor bruto da produção do estado e emprega, segundo a Rais [Relação Anual de Informações Sociais], 8 mil trabalhadores. Utilizamos a matriz insumo-produto para estimar os impactos e os resultados mostram que eliminação de todo o setor tem potencial para reduzir a riqueza gerada no estado, o Valor Adicionado, em 2% ao ano, algo em torno de R\$ 5 bilhões. Em termos de emprego, as estimativas divergem a depender do método empregado variando entre 21 mil e 60 mil empregos encerrados em diversos setores da economia baiana. Isso ocorre porque a cadeia de suprimentos envolve setores importantes em nossa economia como metalurgia, plástico, borracha e química, setores estes que também apresentam suas relações próprias com outros segmentos.



Manifestação de funcionários da Ford em frente à fábrica de Camaçari | Foto: Reprodução/ STIM Camaçari

Quanto ao quadro geral do desemprego na Bahia, o IBGE apontou no final do ano passado que a taxa de desocupação no estado era de 19,8%, índice mais alto desde maio. Qual a estimativa da SEI para o ano de 2021? Há sinais de recuperação?

A economia local se encontra em um dos seus momentos mais delicados, marcada por retração das atividades produtivas e do emprego. Assim, com o problema sanitário ainda na expectativa de uma solução definitiva e um cenário permeado por imprevisibilidades, não há outra compreensão senão a de que o ritmo de qualquer recuperação do emprego e da renda se encontra incerto nesse instante – até porque, normalmente, o mercado de trabalho se constitui num dos últimos pilares a efetivar uma recuperação. Os números mais recentes revelados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) superaram, até mesmo, as expectativas mais otimistas (agosto: +8.219 novos postos; setembro: +17.121 postos; outubro: +15.169 postos; novembro: +13.881 postos). Ainda assim, até novembro, o saldo acumulado do ano apontou uma perda líquida de 5.177 vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A contração no mercado de trabalho formal baiano ao longo deste ano se limitou a dois estratos setoriais, já que houve geração líquida em três deles. Os Serviços e a Indústria geral foram os que exibiram dispensa líquida de trabalhadores no citado intervalo na Bahia, com a eliminação de 12.626 e 2.431 postos, respectivamente. Como se pode observar, os trabalhadores do setor de Serviços foram os que mais sofreram os impactos da crise. Por outro lado, os resultados mais proeminentes foram observados, por ordem decrescente, nas seguintes categorias:

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+4.544 postos), Construção (+3.112 postos) e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (+2.603 postos).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), com base em seus resultados mais recentes, revelou uma realidade laboral muito debilitada no estado. A desocupação, por exemplo, atingiu 20,7% da população na força de trabalho no terceiro trimestre. Tal fração representou a maior taxa trimestral de desocupação desde o começo da pesquisa. Além do mais, entre as unidades federativas, a Bahia exibiu a taxa mais elevada – fato repetido pela sexta vez em sequência. A mencionada taxa subiu pela terceira vez consecutiva e acumulou uma alta de 4,3 pontos percentuais ao longo deste ano. Essa guinada altista resulta dos efeitos devastadores da crise do novo coronavírus no Brasil e no mundo. Dessa forma, no contexto atual, toda a perspectiva de reabilitação nutrida até final do ano passado deixou de ter sentido.

Nesse contexto, o segmento automotivo baiano já vinha dispendo de uma dinâmica com mais desligamentos do que admissões nos últimos anos – sinalizando, assim, dificuldades em empreender um ritmo de recomposição. Conforme o Caged, os saldos de postos de trabalho deste ramo industrial indicaram perdas de 256 e 598 vagas nos anos de 2019 e 2020, respectivamente. O estoque de empregos formais no segmento automotivo, por exemplo, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentou em 2019 (último ano com dados disponíveis pela RAIS) o menor quantitativo do período de 2006 a 2019, um montante de 8.200 empregos formais - volume abaixo do registrado em 2013, quando se dispôs do maior nível e foram registrados 10.604 vínculos formais de trabalho. Cabe destacar também que, em termos proporcionais, em 2019, a porção de empregos formais alocados no segmento automotivo foi a menor da série analisada, registrando menos que 0,4% naquela ocasião.

Não faltam previsões de que as economias do Norte e do Nordeste serão as mais afetadas com o fim do auxílio emergencial. Qual o cenário da Bahia especificamente no panorama em que a segunda onda da pandemia já é realidade e os índices de desemprego seguem altos?

O fim do auxílio emergencial impactará significativamente na vida da população, pois ainda temos atividades com restrições de funcionamento e setores parados, como o de eventos. O valor que deixa de ser transferido chega a corresponder a 25% do PIB de determinados municípios baianos. A taxa de desemprego cresceu como prevíamos durante o processo de reabertura de algumas atividades. Isso é explicado porque o volume de pessoas que voltaram a procurar emprego supera as vagas nessa abertura. Muitas empresas não sobreviveram e o processo de recuperação está condicionado à eficiência e ao tempo de vacinação da população. Com a total falta de planejamento do governo federal, aliada a um descaso explícito para com a Covid, é possível que o processo de recuperação econômica em curso se dê de forma lenta. Aqui na Bahia, o governo estadual já preparou 5 mil salas de vacina nos 417 municípios, contando com 50 mil profissionais de saúde e distribuição de mais de 10 milhões de seringas e agulhas e lançou um plano que prevê 5 milhões de vacinados até maio. Precisamos torcer pra o governo federal não atrapalhar mais.

Vocês publicaram uma nota essa semana sobre a liderança da Ásia nas exportações do estado, informando que o índice ficou acima do esperado em 2020 com uma queda de 4,2% ante a retração de 7% no âmbito nacional. Como as parcerias com países do continente, em especial a China, podem ajudar na recuperação econômica da Bahia?

A China apresenta uma importância enorme como principal parceiro econômico do Brasil. A Bahia exportou U\$ 2,5 bilhões para China em 2020, com soja, químicos, minérios e algodão dentre os principais produtos exportados. Nosso saldo comercial com eles é positivo em U\$ 1,6 bilhão. Enquanto a economia global decresceu em 2020, a China cresceu 1,8%. A previsão para 2021 é de crescimento da economia chinesa em 8%. Temos investimento chinês no Nordeste inclusive em áreas de alta tecnologia, alvo de disputas geopolíticas. A ambiciosa estratégia de desenvolvimento chinês impulsionará seus parceiros comerciais com potencial de complementaridade das cadeias produtivas. Um parceiro como este deve ser priorizado numa estratégia de atração de investimentos, ainda mais com a Europa e EUA patinando na recuperação econômica. Consideramos uma estratégia importante a iniciativa do governador em buscar investimento automotivo ou de outros segmentos industriais na China, Índia, Coreia do Sul e Japão.

Além disso, principalmente em Salvador, que é uma cidade de serviços, há os impactos das restrições de eventos. A prefeitura cogita um Carnaval em julho, mas o cenário é totalmente incerto e o secretário de Turismo do estado até já ressaltou que não vê possibilidade de realização de Carnaval nem São João neste ano. O que tem sido feito ou deve ser feito para atenuar essas perdas em mais um ano?

É um risco afirmar que teremos Carnaval em julho. A realização de qualquer festa depende do calendário de vacinação e pelo plano nacional não há data ainda para as pessoas com menos de 60 sem comorbidades. São 120 milhões de pessoas sem data de vacinação. Tanto o Carnaval quanto o São João são eventos que atraem pessoas do mundo todo e resto do Brasil, portanto mesmo fazendo bem nosso papel, dependemos do sucesso dos demais entes federativos no processo de vacinação. A melhor política neste momento para planejamento de festas importantes para nossa economia é a vacinação, e como dito anteriormente a Bahia está organizada e preparada para isso.

mercado



ENTREGADORES PROTESTAM EM SP CONTRA BLOQUEIOS DE EMPRESAS DE APP POR QUEIXA DE CONSUMIDOR SEM PODER SE DEFENDER
Motoboy pedem código de confirmação que indique recebimento da entrega; queixa é que muitas vezes não sabem motivo da suspensão Marlene Bergamo/Folhapress

Alta no ICMS é esforço coletivo por áreas prioritárias, afirma SP

Secretária do governo Doria descarta novas revogações de mudança em alíquotas, apesar da pressão de setores

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O corte de benefícios fiscais de ICMS no estado de São Paulo deve ser visto como um esforço coletivo para garantir investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança pública, diz a secretária de Desenvolvimento Econômico Patricia Ellen.

Além disso, afirma, a suspensão nas isenções ou reduções de alíquota tem data para acabar, diz.

"Importante lembrar que todas as suspensões de benefícios foram feitas em caráter emergencial e temporário, de até 24 meses, justamente para que todos possam contribuir", afirmou Ellen à Folha.

Nesse período, a expectativa da gestão paulista é que o governo federal avance com as reformas administrativa e tributária, que poderão mexer na estrutura de impostos nos estados e no volume de des-

pesas com o funcionalismo.

Se essas mudanças não ocorrerem nos próximos dois anos, os benefícios fiscais voltarão a ser aplicados no formato em vigor até dezembro de 2020. Segundo Ellen, esse foi um compromisso do governador João Doria (PSDB).

As novas alíquotas do ICMS entraram em vigor no dia 15. No mesmo dia, o governo publicou a revogação das mudanças para produtos hortifrutigranjeiros, insumos agrícolas, energia elétrica rural e medicamentos genéricos.

Para esse último, a alíquota de 12% foi mantida — passaria a ser de 13,3%. Os três primeiros continuarão isentos do imposto estadual.

Entidades de diversos setores ainda tinham a expectativa de conseguir manter seus benefícios. No agro, o leite pasteurizado deixou de ser isento, e as carnes vendidas para supermercados enquadrados no Simples Nacional têm no-

vas alíquotas.

Essas mudanças, porém, não deverão ser revogadas. Segundo Ellen, todas as revisões que seriam realizadas já foram anunciadas. "Nos estamos no limite da capacidade de investimento para as áreas prioritárias. Nesta semana mesmo tivemos de adicionar 300 leitos [hospitais] para garantir atendimento [durante a pandemia de Covid-19]."

A renúncia fiscal do governo de São Paulo passa dos R\$ 30 bilhões ao ano. O ajuste fiscal aprovado no ano passado pretendia gerar uma receita de R\$ 7 bilhões ao ano para o caixa do estado. O valor ainda não cobriria o rombo de R\$ 10 bilhões causado pela crise econômica em decorrência da pandemia.

Amanutenção dos benefícios para a produção de alimentos e medicamentos genéricos custará cerca de R\$ 520 milhões. Essa receita perdida precisará ser compensa-

da. Segundo Ellen, a equipe econômica está trabalhando na identificação de fontes para repor esse valor.

A medida é necessária porque a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que o Executivo não pode mudar a previsão de uma receita aprovada em orçamento sem que haja a definição de como ela será compensada.

Os setores afetados pela revisão dos benefícios fiscais dizem que a decisão da gestão Doria poderá inviabilizar negócios e encarecer produtos para o consumidor final.

O governo de São Paulo, por sua vez, afirma que o Procon-SP vem monitorando preços para atuar em casos de aumentos abusivos.

Ellen aponta, por exemplo, que diversos produtos tiveram alta de preços mesmo com os benefícios fiscais vigentes. No período de um ano até novembro de 2020, a carne de segunda subiu 56% segundo o Procon-SP e os ovos, 16%.

A disputa pela manutenção de benefícios fiscais foi parar no Judiciário. Pelo menos 20 produtos já foram apresentados por associações, sindicatos e federações.

Nesta quarta, conforme antecipou a coluna Paineis, o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) concedeu liminar à ProGenéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos) e suspendeu a mudança nas alíquotas de ICMS para equipamentos hospitalares e medicamentos vendidos a estabelecimentos privados.

Também nesta quarta, quatro decisões liminares foram suspensas pelo TJ-SP, mantendo a decisão do governo de revisar a redução de ICMS.

Para a secretária de Desenvolvimento Econômico, "as associações são extremamente organizadas" e "estão nos seus direitos" de contestar a decisão do governo de São Paulo.

No entanto, ela afirma que todo o ajuste fiscal realizado pela gestão foi baseado em entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado e, portanto, seguindo preceitos legais.

"Nosso modelo tributário é extremamente desigual. Por mais que tenha essa narrativa por parte das associações de que o benefício impacta positivamente a vida das pessoas, o que nós vemos é que há desigualdade. Pessoas e setores menos favorecidos acabam tendo um tratamento desproporcional de impostos."

Também já entraram com ações contra a revisão dos benefícios de ICMS entidades como Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Anahp (associação dos hospitais privados), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos).

Os distribuidores de veículos também estudam buscar o Judiciário para tentar barrar o aumento. No dia 15, a alíquota para os revendedores passou de 1,8% para 5,5%. Em 1º de abril, passará a ser de 3,9%.

Secretário da Agricultura dos EUA volta ao cargo, mas com desafios novos

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Tom Vilsack, o novo secretário do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), assume mais uma vez o cargo, após ter passado por lá de janeiro de 2009 a janeiro de 2017, no governo Barack Obama.

A experiência é grande, mas os problemas são novos. A completa divergência de política agrícola entre os governos de Donald Trump e de Joe Biden traz desafios diferentes ao secretário.

Internamente, as principais dificuldades se referem às consequências da pandemia do novo coronavírus, principalmente para os pequenos agricultores.

Além disso, Vilsack assume com uma certa desconfiança destes, principalmente dos agricultores negros. Eles acreditam que o novo secretário se volte mais para as indústrias e para grandes produtores.

Os grandes também têm certos receios da democracia. Algumas políticas mais restritivas, principalmente nas regulamentações ambientais, assustam o setor.

O governo de Biden já deu sinais de que vai tomar medidas para frear o aquecimento global e para aumentar a preservação ambiental, inclusive voltando a acordos internacionais, rejeitados pelo seu antecessor.

Algumas dessas medidas, no entanto, têm um lado positivo para os produtores do Meio-Oeste. Devido à afeição pela indústria de petróleo, Trump havia liberado muitas petroleiras da exigência da mistura de etanol à gasolina. Biden deverá dar prioridade à utilização de combustíveis renováveis, como o etanol de milho, beneficiando os produtores.

Externamente, o novo secretário deverá reanovar a casa. Trump impôs barreiras ao comércio externo, rompeu acordos e saiu de organizações internacionais de acompanhamento de mercado.

Nessa mudança de rumos, deixou descontentes os principais importadores de produtos agrícolas dos EUA. Na lista estão União Europeia, China e até México e Canadá.

O momento de chegada de Vilsack ao Usda não é ruim. Os preços das commodities estão melhores do que os do ano passado, o que garante mais renda aos produtores, e o dólar está em baixa.

Ao contrário do que ocorre com os produtores brasileiros, que se beneficiam da alta do dólar no momento da comercialização, os americanos perdem competitividade quando a moeda está valorizada.



Tom Vilsack, que já fora secretário nos dois mandatos de Obama
Mike Segar - 11.dez.20/Reuters

Tributo maior inviabiliza produção de leite, diz setor

SÃO PAULO A manutenção do fim da isenção de ICMS para o leite pasteurizado produzido em São Paulo terá pouco efeito sobre a arrecadação e muito sobre o trabalho das cooperativas de leite, dizem entidades do setor lácteo.

Desde o dia 15, a alíquota de imposto estadual do leite de saquinho, como o produto é conhecido, passou a ser de 4,14%. O aumento afeta 6.000 pequenos produtores, a maioria ligada a cooperativas da região do Vale do Paraíba. "Esse é um produto de característica bem local, ele é muito fresco, não viaja distâncias longas. Esses cooperativas produzem em volume pequeno, mas é muito distribuído nas periferias das cidades", diz o vice-presidente da

Abraleite (Associação Brasileira dos Produtores de Leite), Roberto Jank Junior.

A associação calcula que a arrecadação de ICMS gerada pela produção do leite pasteurizado fique na faixa de R\$ 1 milhão por mês, chegando a R\$ 12 milhões ao ano.

Nas contas do Sind Leite (Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivado), a arrecadação anual fica em R\$ 15 milhões. "Uma piada para quem quer arrecadar R\$ 8 bilhões", diz Carlos Humberto Mendes de Carvalho, presidente do sindicato.

Os R\$ 8 bilhões a que ele se refere têm relação com o rombo estimado em R\$ 7 bilhões pelo governo como justificativa para o ajuste fiscal.

A margem de lucro dos pro-

dutores fica entre 5% e 10%, segundo Jank. Na avaliação dele, a cobrança do ICMS praticamente inviabiliza a rentabilidade do negócio.

A produção de leite pasteurizado paulista representa 1,5% do consumo no estado. São 175 milhões de litros ao ano, dos quais 70 milhões vão para o Vivaleite, programa de distribuição gratuita. Esses não têm cobrança de impostos.

O presidente do Sind Leite calcula que o litro suba R\$ 0,13, chegando a até R\$ 3,40 para o consumidor.

A maior parte dessa produção é escoada para o interior do estado.

"Para o pequeno produtor de leite, é muito importante esse aumento. Tem micro-usinas, pequenas usinas, que só

fazem isso. Ele vai continuar vendendo, mas com 4,14% de acréscimo", diz Carvalho.

No ano passado, após a aprovação do ajuste fiscal, grupos de diversos segmentos começaram a negociar com o governo do estado. Cerca de 200 produtos tiveram seus benefícios fiscais revistos.

No setor lácteo, essa negociação permitiu manter a isenção ou redução de alíquota para outros produtos, como iogurte, leite cru para produção de leite UHT (o longa vida).

Em contrapartida, o setor aceitou o fim do benefício fiscal para três tipos de queijos, muçarela, prato e minas. Esses produtos passaram da alíquota de 12% para 13,3% em 15 de janeiro.

No dia 1º de abril haverá no-

ECONOMIA

INSS suspende Prova de vida até final de fevereiro

PORTARIA Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não fizeram a prova de vida entre março e dezembro de 2020 e que não fizeram até fevereiro deste ano não terão seus benefícios bloqueados. A Portaria nº 1.266/2021, publicada ontem no Diário Oficial da União, prorroga a interrupção do bloqueio de benefícios para as competências de janeiro e fevereiro, ou seja, para pagamentos até o fim de março. A prorrogação vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior.

De acordo com a portaria, a rotina e obrigações contratuais estabelecidas entre o INSS e a rede bancária que paga os benefícios permanece e a comprovação da prova de vida deverá ser realizada normalmente pelos

A prorrogação da medida vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior

bancos.

Realizada todos os anos, a comprovação de vida é exigida para a manutenção do pagamento do benefício. Para isso, o segurado ou algum representante legal ou voluntário deve comparecer à instituição bancária onde saca o benefício. O procedimento, entretanto, deixou de ser exigido em março de 2020, como parte das ações para o enfrentamento da pandemia do novo-corona-vírus, e a medida vem sendo prorrogada desde então.

Desde agosto do ano passado, o a prova de vida também pode ser feita por meio do aplicativo Meu INSS ou pelo site do órgão por beneficiários com mais de 80 anos ou com restrições de mobilidade. A comprovação da dificuldade de locomoção exige atestado ou declaração médica. Nesse caso, todos os documentos são anexados e enviados eletronicamente.

FERRAMENTA PERMITE CRIAR EMPRESA E UM DIA

BALCÃO ÚNICO O Ministério da Economia lançou ontem o Balcão Único, um projeto que permitirá aos cidadãos abrirem uma empresa "de forma simples e automática, reduzindo o tempo e os custos para iniciar um negócio no Brasil". A primeira cidade a aderir ao projeto foi São Paulo, que já disponibilizou o sistema no dia 15. A próxima será o Rio de Janeiro. De acordo com o ministério, por meio de um formulário único e totalmente digital, empreendedores podem abrir empresas em apenas um dia e sem necessidade de percorrer vários órgãos públicos. O Balcão Único permitirá ainda que, no momento da abertura da empresa, os empregados sejam cadastrados no e-Social.

PREÇO DA GASOLINA ESTÁ DEFASADO

7% A MENOS Mesmo com o reajuste de R\$ 0,15 no litro da gasolina de ontem, os preços dos combustíveis da Petrobras continuam defasados, segundo especialistas do setor. Conforme cálculo de Éttore Sanchez, da Ativa Investimentos, o preço da gasolina vendida pela estatal está 7% abaixo do preço da gasolina internacional. Com relação ao diesel, o percentual de defasagem é estimado entre 11% e 14%.

PANDEMIA PODE REBAIXAR NOTA D RISCO

AMÉRICA LATINA As economias latino-americanas devem se recuperar neste ano da recessão do ano passado, mas os riscos para essas perspectivas estão, quase todos, inclinados para o lado negativo, disseram analistas da agência de classificação de risco Fitch Ratings. O crescimento mais lento irá se refletir nos déficits e a dívida pública, influenciando na classificação de riscos dessas nações.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1000	R\$ 5,1100
Dólar Turismo	R\$ 5,2000	R\$ 5,2000
Euro Turismo	R\$ 6,2000	R\$ 6,2000

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	10.040,310	-0,2%

POUPANÇA

21/01/2021	0,09%
------------	-------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.000,00

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,05%	4,52%	4,32%
INPC/IBGE	1,06%	5,80%	5,45%
ISP-M/FGV	0,95%	2,94%	3,04%

COPOM MANTÉM TAXA DE JUROS

2%

ao ano é a taxa básica de juros da economia brasileira definida ontem pelo Copom, na primeira reunião do ano. Como amplamente esperado pelo mercado, a taxa não foi alterada.

Capital tem mais de 4,4 mil vacinados em dois dias

IMUNIZAÇÃO Médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem vacinados ontem em Salvador, no Hospital Martagão Gesteira, no Tororó, disseram que a sensação era de ter ganhado na loteria. Foram 273 felizardos. Nesses dois dias de vacinação, a Prefeitura imunizou 4.486 pessoas, entre profissionais de saúde e idosos, e pretende chegar a 5 mil até amanhã. A expectativa é que novas doses desembarquem na cidade semana que vem.

Em todo o estado, 19.166 doses foram aplicadas. Esse número corresponde aos dados enviados por 306 municípios até as 14h de ontem. Desse total, 17.649 são profissionais de saúde que estão atuando na linha de frente no combate à doença. Outras 1.291 doses foram aplicadas em idosos institucionalizados, 28 em indígenas aldeados e 198 em pessoas com deficiência. Ainda de acordo com a Sesab, Salvador foi o município que aplicou um maior número de doses (4.486 no total), seguido de Santo Antônio de Jesus, que já vacinou mil pessoas, Lauro de Freitas (391) e Vitória da Conquista (372).

A auxiliar de higienização Edna Brito, 45 anos, estava no ônibus quando recebeu uma ligação e fez um escândalo que assustou e divertiu os passageiros. Ela foi a primeira pessoa vacinada no Martagão Gesteira, ontem. Trabalhando há um ano no local, Edna atua na linha de frente, onde estão os pacientes diagnosticados com covid-19. "Eu fiquei tão

feliz que comecei a gritar 'eu vou ser vacinada! eu vou ser vacinada! Obrigado, meu Deus'. O povo dentro do ônibus se assustou e depois começou a aplaudir", contou ela, rindo.

A vacinação teve as presenças do prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), do secretário de Saúde, Léo Prates, e do diretor-presidente do Martagão, Carlos Emanuel Melo. A unidade é referência no atendimento pediátrico. Segundo o secretário Léo Prates, devemos ter de 16 a 18 meses de enfrentamento à pandemia. "Por isso, pedimos a colaboração para que as pessoas tenham paciência e mantenham os cuidados", disse ele.

Outra imunizada no Martagão foi a técnica de enfermagem Ednalva Pereira, 43 anos. Ela contou que, como trabalha diretamente com pacientes que estão infectados com o novo coronavírus, precisou se afastar de pessoas idosas da família, como as tias de quem tanto gosta. Ela definiu a aplicação da primeira dose como um momento de esperança: "Creio que tudo isso vai passar".

No Martagão, das 132 crianças atendidas com a doença, 126 delas se recuperaram. Seis morreram. Ao todo, 315 profissionais precisaram ser afastados por conta da doença.

5 mil pessoas imunizadas é a previsão da Prefeitura da capital até amanhã

19 mil baianos já foram vacinados no estado, com destaque também para Santo Antônio de Jesus, Lauro de Freitas e Conquista

FOTOS DE ARACONVARINO



A auxiliar de higienização Edna Brito comemorou a vacina no Martagão



Profissional mostra a vacina Coronavac, no segundo dia de vacinação

miriam leitão



blogs.globo.com/miriam-leitao/

A democracia prevaleceu

O governo Joe Biden começou ontem, através do ritual da posse e do tom do discurso, a restauração dos fundamentos da democracia americana. A fala dele pedindo união poderia ser apenas protocolar, não fosse o fato de que a divisão foi levada ao absurdo pelo seu antecessor, que governou aprofundando o fosso social e político. Por isso, os ritos em Washington foram mais valiosos.

"Aprendemos de novo que a democracia é preciosa, que a democracia é frágil, nesta hora, a democracia prevaleceu". Poderia ser apenas uma frase bonita de um discurso de posse, exceto pela realidade de que ali mesmo onde Biden falava, duas semanas antes, uma horda de radicais insuflados pelo então chefe do governo havia tentado simplesmente impedir o ato do Congresso de reconhecer a eleição.

Biden começou ontem mesmo a desfazer a herança recebida. Todos rigorosamente de máscara durante todo o evento era um recado. Mas eles foram muitos em cada momento. Os gestos recíprocos entre o governo democrata que começa e republicanos como o ex-vice-presidente Mike Pence e o

senador Mitch McConnell e, principalmente, o ex-presidente George Bush, deram sentido à frase: "a política não precisa ser um jogo violento destruindo tudo em seu caminho."

Um presidente na sua posse defender a "verdade" seria visto como algo completamente banal, não fosse o fato de que a mentira é hoje um problema real da política. Um mentiroso compulsivo ocupou a presidência por quatro anos e falou mais de 30 mil mentiras, contabilizou o "Washington Post". Na pior delas, feriu a base da democracia. O ataque ao Capitólio, disse o senador republicano Mitch McConnell, foi "alimentado por mentiras" e provocado por Trump.

Exaltar a diversidade da América também é previsível.

Mas ganhou um sentido concreto, num governo que quebra um enorme precedente. A primeira mulher vice-presidente da história do país. Kamala Harris chegou carregada de simbolismo pela sua origem. A mãe dela veio jovem da Índia para estudar e fazer carreira nos Estados Unidos. Sempre foi subestimada por seu sotaque forte. Casou-se com um jamaicano negro e teve duas filhas. Uma delas hoje está sentada na segunda cadeira mais poderosa do país e ontem à tarde deu posse aos novos senadores.

O discurso, portanto, era sincero. A posse de ontem refletia essas escolhas e valores. As primeiras ordens executivas confirmavam o que Biden havia dito. A volta ao Acordo de Paris também não é um mero gesto. Sig-

nifica o fim do isolacionismo que vigorou nos últimos anos, mas, além disso, é um compromisso que pode ter um impacto concreto. Os Estados Unidos são o segundo maior emissor de gases de efeito estufa.

Na sua sabatinano Senado na terça-feira, a nova secretária do Tesouro, Janet Yellen, falou que a retomada da economia terá que privilegiar projetos de infraestrutura e fontes de energia que emitam menos. É que todo o sistema de subsídios terá que ter em mente a preocupação ambiental. Chegou a especificamente defender estímulo ao carro elétrico. A retomada da economia terá esse eixo, reduzir os riscos climáticos e por isso a terceira ordem executiva que Biden assinou foi a volta ao acordo global do clima. A primeira foi

o uso de máscaras nos locais onde ele pode legislar. Lá como aqui, governadores e prefeitos podem decidir, mas isso não significa, como Bolsonaro sempre repete, que o governo federal nada possa fazer. Biden está determinado a fazer, e muito, pelo combate à pandemia, que ele definiu como inimiga do país. E outra decisão foi a volta à Organização Mundial da Saúde.

Os Estados Unidos estão de volta. De volta aos seus sonhos de um país de democracia forte, de rituais centenários de transição de poder, de busca de inclusão, e de relação com o mundo. O multilateralismo sentiu muita falta dos Estados Unidos. A Europa é que o diga.

Biden falou que a democracia foi testada e mostrou resiliência. É inevitável pensar no Brasil. Em dias em que, de novo, o presidente brasileiro rosna ameaças, como a de que as Forças Armadas é que decidem se há ou não democracia, e em que o seu procurador-geral insinua "estado de defesa", é bom lembrar a razão da fragilidade da democracia. Por ser um sistema aberto, ela abriga seu próprio inimigo. E ele pode chegar à Presidência. Nos Estados Unidos, no fim, a democracia prevaleceu.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 21/01/2021	Página: 02

Tribuna



Rui Costa

Ford

O governador Rui Costa (PT) divulgou, em uma publicação nas redes sociais na manhã de ontem, um encontro virtual com o embaixador da China, Yang Wanming, para discutir uma alternativa após o fechamento da Ford na Bahia. “Dando continuidade às reuniões que tivemos ontem em Brasília, na manhã de hoje me reuni virtualmente com o embaixador da China, Yang Wanming, junto ao Grupo de Trabalho formado para encontrar uma alternativa ao fechamento da Ford na Bahia”, escreveu.

Tribuna

Comércio lamenta fim do Auxílio Emergencial

FILIFE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

O Auxílio Emergencial, proposto pelo Poder Legislativo com Lei publicada em abril de 2020, teve seu fim anunciado em dezembro, com as últimas parcelas que serão pagas até o fim deste mês. O corte no benefício que socorreu 68 milhões de cidadãos em todo o Brasil, com um orçamento de cerca de R\$300 bi, deve gerar grandes impactos na economia. Lojistas do comércio baiano já sentem que as vendas e o faturamento das lojas têm caído desde o início de janeiro. Além do fim do auxílio, entidades acreditam que as pessoas devem priorizar também o pagamento de dívidas do fim de ano.

Fabiana Gama, que é subgerente de uma loja de cosméticos em Salvador, conta que as vendas caíram cerca de 50% desde dezembro até agora. "Esse mês a gente teve uma queda muito grande mesmo. Sendo bem sincera, com a redução no valor do auxílio às vendas ficaram bem menores. Quando o valor era de R\$600

as pessoas estavam comprando bastante. Mas, como a gente não pode parar, temos investido em propaganda, em comerciais no rádio, estamos inovando e fazendo muitas promoções na loja, tudo isso para atrair os clientes.

Proprietário de uma loja de utilidades na Calçada, Crispim Pereira, conta que em janeiro é comum as vendas caírem já que os clientes aproveitam o mês para pagar as contas do ano anterior. Apesar disso, segundo ele, com o início da disponibilização do benefício no primeiro semestre de 2020, as vendas aumentaram 50% em comparação com o mesmo período de 2019. O lojista acredita que até o fim do mês será possível estimar qual foi o percentual de queda nas vendas. Ele também tem feito promoções para evitar prejuízos. "A gente sabe que provavelmente até o fim de janeiro as vendas estejam menores, por isso estamos fazendo promoções para tentar movimentar a loja e atrair mais compradores".

A dona de casa Maria do

Socorro, que mora com o marido que está afastado do trabalho por razões de saúde e com o filho de onze anos, recebe o Auxílio Emergencial do governo desde o início. Para ela, que inicialmente recebia o valor equivalente a R\$1.200, o dinheiro vai fazer falta no orçamento. "Eu recebi todas as parcelas. Foi muito importante porque consegui colocar minhas contas em dia e principalmente as despesas com alimentação, mesmo quando o valor foi reduzido. Agora, com o fim do auxílio, eu que estou desempregada e não recebo bolsa-família ainda não sei como vou garantir uma renda para sustentar a minha família" lamenta.

O economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), Guilherme Dietze, comenta que a redução no valor do Auxílio Emergencial - que deixou de ter parcelas de R\$1.200 e R\$600 e passou a ser R\$600 e R\$300 - já apresentou impacto no ritmo de consumo da população beneficiada já em novembro do ano passado. "A

redução do benefício nos últimos meses de 2020 e agora em janeiro vem afetando vários setores do varejo, principalmente supermercados que vêm sofrendo com o aumento no preço de alimentos e bebidas. Isso impacta negativamente no orçamento das famílias". Na Bahia, foram injetados cerca de R\$17 bi através do auxílio para 41% das pessoas no estado. Segundo o economista, o valor foi relevante para a economia da Bahia, o que influenciou no desempenho dos setores de materiais de construção, móveis e decoração, eletrodomésticos e eletrônicos, entre outros.

Para Dietze, o equilíbrio das contas é fundamental para este período do fim do Auxílio Emergencial. "O nível de inadimplência está praticamente o dobro do mesmo período do ano passado, então, há uma dificuldade muito grande, a geração de emprego não foi suficiente para virar o quadro do negativo para o positivo, apesar de ter tido uma melhora no fim do ano passado", comenta o economista.

Veículo: Bahia Econômica	Caderno:
Data: 02/10/2016	Página: --



ASSOCIAÇÃO DE BARES TENTA BARRAR ALTA DE ICMS



21 Janeiro, 2021

Uma das associações que representa o setor de bares e restaurantes em São Paulo entrou com uma ação judicial para tentar suspender as novas **alíquotas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)** em vigor desde o dia 15. No mandado de segurança apresentado, a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) paulista diz que além dos efeitos econômicos das mudanças, a lei aprovada na Assembleia Legislativa é ilegal e inconstitucional, pois concedeu ao governador a competência de decidir sobre o assunto.

“Ao delegar ao Poder Executivo a possibilidade de reduzir benefícios fiscais, com efeito de majorar a tributação, através de decretos, a lei (...) viola o princípio da estrita legalidade tributária.”. A legislação aprovada no ano passado compõe o ajuste fiscal apresentado pelo governo João Doria (PSDB). Cerca de 200 produtos tiveram revisão de benefícios fiscais. No caso dos bares e restaurantes, foram duas as mudanças, que variam de acordo com o tipo de enquadramento do estabelecimento. Para empresas que adotam o regime normal de tributação, o ajuste foi de 12% para 13,3% nas operações internas.

Aqueles enquadrados no regime especial de tributação passaram de um imposto estadual de 3,2% para 3,69% da receita bruta, um aumento de 15%. “Vamos lutar contra todo aumento de custo. O pessoal dos restaurantes sem conseguir pagar IPTU e o governo aumenta imposto. Da nossa parte, não vamos medir esforços para evitar mais esse custo para o setor”, diz Percival Maricato, presidente da Abrasel em São Paulo. No pedido, a associação defende que o aumento de ICMS viola o princípio da capacidade contributiva, segundo o qual o contribuinte não pode ser tributado além do que conseguiria suportar economicamente.

“As empresas de bares e restaurantes já estão há dez meses sem seu faturamento normal, tendo passado boa parte desse período fechadas”, afirma a associação, no pedido. O presidente da Abrasel SP diz que a redução no ICMS foi concedida na gestão Mário Covas (1995-2001). “Na época, ninguém acreditava, mas a redução acabou aumentando o faturamento dos restaurante e a arrecadação do governo do estado”, afirma. A ação está tramitando na 12ª Vara de Fazenda Pública. A associação pede também que seja concedida liminar para suspender a exigibilidade do pagamento da alíquota maior até que o mérito do mandado de segurança seja analisado.

O setor não é o primeiro a recorrer ao Judiciário contra mudanças no imposto estadual. O governo de São Paulo e a Fazenda estadual defendem que a lei aprovada no ajuste fiscal não aumentou ICMS, apenas autorizou a reavaliação desses benefícios. A lei definiu que alíquotas inferiores a 18% são benefício fiscal e, portanto, estavam sujeitas a reavaliação. O governo afirma ter feito um corte linear de 20% nas reduções e isenções. “Ou seja: 80% do benefício ainda foram preservados”, diz a administração estadual. Já entraram com ações entidades como o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), a Anahp (associação dos hospitais privados), a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e a Abimo (associação da indústria de artigos e equipamentos médicos).

Na semana passada, o governo João Doria recuou dos aumentos para alguns setores. Frutas, legumes, verduras e ovos -os hortifrutigranjeiros-, insumos agropecuários para operações dentro do estado, energia elétrica rural e medicamentos genéricos voltaram a ter as alíquotas que tinham até o ano passado. No caso dos alimentos, eles eram isentos e passariam de ter 4,14% de ICMS. A Secretaria de Estado da Fazenda diz que a alíquota padrão do ICMS é de 18% em São Paulo. “Alíquotas inferiores são incentivo fiscal, como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirma. Em nota, a Fazenda afirma que a PGE (Procuradoria Geral do Estado) de São Paulo analisa a ação judicial apresentada pela Abrasel e se pronunciará em juízo.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/01/2021	Caderno: Notícias



ENERGIA EÓLICA PODE REDUZIR CUSTOS NA MINERAÇÃO BAIANA



21 Janeiro, 2021

A energia eólica pode ser uma oportunidade para mineradoras baianas produzirem de maneira mais sustentável e reduzirem custos. Foi o que fez a Ferbasa (Companhia de Ferro Ligas da Bahia) no final de 2017, quando incorporou o Complexo Eólico Guirapá. No último dia 12 de janeiro, a empresa informou a seus acionistas a assinatura de memorando de entendimento com a AES Tiete Energia, para aquisição de energia pelo período de 20 anos a partir de 2024. Com o acordo, a Ferbasa vai dobrar a quantidade de energia eólica utilizada pela empresa.

As empresas interessadas em investir neste segmento poderão aproveitar a liderança da Bahia no ranking nacional de geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar em 2020. Na fonte eólica, o estado gerou 12.590,21 GWh de janeiro a setembro de 2020, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O início das atividades de 17 novos parques neste ano ajudou na permanência do primeiro lugar na produção energética a partir da fonte dos ventos no Brasil.

Segundo um estudo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), feito a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no ano passado, a eólica é a mais barata entre as fontes renováveis de geração de energia, com custo de R\$ 195 por megawatt-hora (MWh). Em seguida aparecem a biomassa (R\$ 246/MWh), as pequenas centrais hidrelétricas (R\$ 280/MWh) e só então a solar (R\$ 321/MWh).

A Largo Resources, produtora de vanádio em Maracás, centro-sul baiano, anunciou nesta quarta-feira, 20, a obtenção de resultados operacionais recorde no último trimestre e no consolidado do ano de 2020. Segundo Paulo Misk, CEO da empresa, “a empresa excedeu sua orientação de vendas para 2020 em 260 toneladas, com o quarto trimestre de 2020 em vendas equivalentes de 3,7 toneladas, representando um novo recorde”.

A empresa também aumentou sua produção de pentóxido de vanádio (V₂O₅) em 11% quando comparado a 2019, com total de 11,8 toneladas. Para 2021, a empresa espera produzir e vender entre 12 e 12,5 toneladas do produto. Outra novidade para o ano que se inicia é o desenvolvimento estratégico da Largo Clean Energy, nova empresa do grupo, voltada para a produção de baterias utilizando vanádio.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/01/2021	Caderno: Notícias



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: DE VOLTA À DEMOCRACIA E A ECONOMIA GLOBAL



21 Janeiro, 2021

Durante cinco anos, a América esteve dividida e no seu pior momento milhares de jovens perderam a vida nos campos da Pensilvânia. A batalha de Gettysburg, vencida pelo exército do Norte, deixou quase 10 mil mortos e 30 mil feridos, todos americanos. Então, o povo da Pensilvânia resolveu fazer uma cerimônia para homenagear os mortos e consagrar o palco da batalha que decidiu a guerra civil americana.

Mas tão dividido estava o país que não convidaram o presidente Abraham Lincoln. Ainda assim ele compareceu e, após ouvir por duas horas o discurso de um escalafobético orador oficial, falou por apenas dois minutos e concluiu assim: “Que aqui resolvamos, solenemente, que estes mortos, não morreram em vão, e que esta nação, sob Deus, tenha um novo nascimento de liberdade – e que o governo do povo, pelo povo, para o povo, da terra não pereça”. O ódio que dividia os americanos não acabou aí e por causa dele o próprio Lincoln foi assinado, mas o discurso no cemitério de Gettysburg, gravado nas paredes do memorial que homenageia o ex-presidente em Washington, tornou-se um símbolo de liberdade e da ideia de que todos os homens são iguais, que é a base da democracia.

Durante quatro anos intermináveis a América esteve dividida e um presidente escalafobético propôs-se a enterrar a ideia democrática, estimulando com mentiras e uns poucos decretos a xenofobia, o uso de armas, a homofobia, o racismo, o ataque ao meio ambiente e a divisão entre os povos em nome do duvidoso lema “América First”. Mas o bolodório resultou num desastre econômico, fruto de um crescimento econômico pífi nos primeiros três anos e da pandemia e do negacionismo trumpista, que redundou em 400 mil mortos.

Mas, assim como os mortos de Gettysburg não morreram em vão, os mortos pela Covid 19 fizeram os americanos acordar e, hoje, eles vão se levantar sabendo que na Casa Branca mora um verdadeiro presidente. E com esse presidente surge a esperança de um novo mundo e de uma economia pujante, não apenas para a América, mas para todos. Biden já anunciou um combate sem tréguas a Covid-19, está viabilizando uma pacote de quase dois trilhões de dólares para alavancar a economia e vai retomar o ambiente favorável aos negócios, aos grandes acordos comerciais e uma nova relação com a China.

A proteção ao meio ambiente será prioritária e US \$2 trilhões serão empregados em energias limpas. E tudo isso será melhor para os negócios brasileiros, pois, diferente de Trump que estimulava o protecionismo e ampliou as barreiras comerciais para os produtos brasileiros, Biden estimulará a troca comercial entre os países. A pandemia vai passar e com Biden o mundo voltará a trilhar o caminho da democracia e da economia global.

A ABERTURA DAS ESCOLAS

No que se refere à saúde e ao enfrentamento da pandemia, o governo do Estado e a Prefeitura de Salvador merecem elogios. Agora é preciso fazer o mesmo com relação à educação e definir o cronograma de retorno às aulas. As escolas privadas já estão prontas para esse retorno, cumprindo todos os protocolos sanitários e com cuidados mais adequados que o dos shoppings centers que estão abertos há meses. As escolas públicas já deviam estar preparadas, adequando-se aos protocolos. E não há porque marcar um dia D e uma Hora H para todos. As escolas preparadas, públicas ou privadas, precisam retomar as aulas, afinal, estudos mostram que elas não são os principais agentes de contágio.

BAHIA: ESPECIALIZADA EM COMMODITIES

O valor das exportações baianas em 2020 registrou uma redução 4,2%, em relação a 2019. A queda foi menor do que no Brasil graças ao desempenho dos produtos agrícolas, especialmente a soja, do setor mineral e dos derivados de petróleo exportados pela Petrobras. A Ásia é o grande comprador, com a China adquirindo quase 30% dos produtos baianos e Cingapura destacando-se como mercado em expansão. Mas o que chama a atenção mesmo é a especialização cada vez maior da economia baiana na produção de commodities. A venda de bens manufaturados está em queda livre, a exemplo do automóveis que representavam 5% das exportações baianas em 2019, caíram para 2% em 2020 e vão zerar em 2021.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 20/01/2021	Caderno: Notícias



INDÚSTRIA VAI INVESTIR R\$ 250 MILHÕES NO POLO DE CAMAÇARI



20 Janeiro, 2021

Importador de dois terços de pigmentos de dióxido de titânio consumidos no país, o Brasil vai ganhar uma unidade química, que será instalada no Polo Industrial de Camaçari, na Bahia. A Titânio América (Tiasa) vai investir, na primeira fase de implantação, R\$ 250 milhões, quando serão gerados 200 empregos diretos, 300 indiretos e outros 600 postos de trabalho nas obras civis. O investimento foi anunciado durante a assinatura de protocolo de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta terça-feira (19).

De acordo com Eduardo Tavares de Melo, presidente do Conselho de Administração da Tiasa, já foram investidos R\$ 100 milhões no desenvolvimento tecnológico e na planta piloto do projeto construída na Bahia. “Esse projeto de dióxido de titânio é inovador, foi desenvolvido nos últimos 10 anos e tem uma importância para o país, que é importador do produto. Dois terços do consumo brasileiro são abastecidos pela China e Estados Unidos e o Brasil poderá se tornar menos dependente do produto importado, favorecendo inclusive a balança comercial, além de gerar emprego e atender a indústria local. A tecnologia, desenvolvida por técnicos nacionais, é ambientalmente limpa e sustentável”, diz.

“É com muita alegria que a gente recebe o anúncio deste investimento, em especial por estar assinado um protocolo para o município de Camaçari, onde teremos o fechamento da Ford. Além do mais, a Bahia é o único local do país onde já fabricávamos o pigmento de dióxido de titânio pela Tronox e agora teremos uma segunda unidade fabril produzindo uma matéria-prima tão importante para a indústria”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da SDE.

De acordo com a empresa, a estimativa é começar a operar a planta no final de 2022. Nesta primeira fase, a unidade terá uma capacidade produtiva combinada de pigmento de titânio e de óxido de ferro de 38 mil toneladas/ano, com expectativa de atingir 170 mil toneladas/ano quando todas as etapas do projeto estiverem implementadas. Além do pigmento de dióxido de titânio, utilizado para vários fins, a exemplo de base para tinta imobiliária, produção de vidros e plásticos e protetor solar, tem o segundo subproduto que é hematita sintética, que tem como finalidade a indústria siderúrgica. Foto: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 21/01/2021	



Documentos antigos de veículos adquiridos até 2020 continuam valendo, esclarece Detran-BA

21 janeiro 2021



O Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA) esclarece que não houve mudanças na documentação e transferência de propriedade de carros e motos adquiridos até 2020. Continuam valendo o licenciamento anual eletrônico e o certificado de registro (CRV), o antigo DUT, em papel moeda verde.

Já para veículos zero quilômetro e seminovos adquiridos a partir de 2021, a emissão do licenciamento e do certificado de propriedade passou a ser em um documento eletrônico único (CRLV-e), após a quitação das dívidas do veículo. O novo documento deve ser baixado gratuitamente no SAC Digital, com a opção de fazer uma cópia em papel comum. O antigo DUT impresso deixou de existir, desde 4 de janeiro, sem prejuízos para a comercialização de carros.

A Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo ganhou a versão eletrônica (ATPV-e), que deve ser solicitada em unidades com atendimento do Detran-BA (SAC, Ciretrans, Retrans e Postos Avançados), somente por meio de agendamento, e depois autenticada em cartório. No documento, comprador e vendedor declaram estar de acordo com a transação, nos termos das informações prestadas por eles.

As medidas foram determinadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e não alcançam os mais de quatro milhões de veículos registrados na Bahia, antes de 2021. Para os automóveis comercializados neste ano pelas concessionárias, o Detran-BA ressalta que a emissão dos documentos está sendo feita dentro dos procedimentos previstos na nova legislação.

“Na prática, não mudou nada para quase a totalidade dos proprietários de carros e motocicletas emplacados no estado, que devem continuar usando o CRV que possuem, em papel moeda verde. Para veículos negociados em 2021, a documentação foi toda digitalizada. A decisão do Contran gerou algumas dúvidas, que estamos esclarecendo para os baianos”, explicou o diretor de Veículos do Detran-BA, Lucas Machado.

Fonte: Ascom/Detran-BA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 20/01/2021	



Procon-BA notifica Ford Brasil sobre garantia dos consumidores e reposição de peças no mercado

20 janeiro 2021



Foto: Reprodução

A Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia (Procon-BA) notificou, nesta quarta-feira (20), a Ford do Brasil para obtenção de esclarecimentos sobre questões de logística relacionadas ao fechamento da unidade da empresa no município de Camaçari, na Bahia.

O órgão da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) requereu da empresa esclarecimentos sobre como funcionará o cumprimento da garantia dos consumidores que adquiriram veículos da marca Ford e ainda estão em prazo de garantia; quais estabelecimentos realizarão a assistência técnica no estado da Bahia; e como funcionará a política de oferta de componentes e peças de reposição para o veículos da marca produzidos no Brasil ou importados de outros países.

A empresa tem um prazo de 10 dias para apresentar esclarecimentos e documentos comprobatórios ao Procon-BA.

Fonte: Ascom/SJDHDS



Tiasa vai fabricar dióxido de titânio no Polo de Camaçari

20 janeiro 2021



Importador de dois terços de pigmentos de dióxido de titânio consumidos no país, o Brasil vai ganhar uma unidade química, que será instalada no Polo Industrial de Camaçari, na Bahia. A Titânio América (Tiasa) vai investir, na primeira fase de implantação, R\$ 250 milhões, quando serão gerados 200 empregos diretos, 300 indiretos e outros 600 postos de trabalho nas obras civis. O investimento foi anunciado durante a assinatura de protocolo de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta terça-feira (19).

De acordo com Eduardo Tavares de Melo, presidente do Conselho de Administração da Tiasa, já foram investidos R\$ 100 milhões no desenvolvimento tecnológico e na planta piloto do projeto construída na Bahia. “Esse projeto de dióxido de titânio é inovador, foi desenvolvido nos últimos 10 anos e tem uma importância para o país, que é importador do produto. Dois terços do consumo brasileiro são abastecidos pela China e Estados Unidos e o Brasil poderá se tornar menos dependente do produto importado, favorecendo inclusive a balança comercial, além de gerar emprego e atender a indústria local. A tecnologia, desenvolvida por técnicos nacionais, é ambientalmente limpa e sustentável”, diz.

“É com muita alegria que a gente recebe o anúncio deste investimento, em especial por estar assinado um protocolo para o município de Camaçari, onde teremos o fechamento da Ford. Além do mais, a Bahia é o único local do país onde já fabricávamos o pigmento de dióxido de titânio pela Tronox e agora teremos uma segunda unidade fabril produzindo uma matéria-prima tão importante para a indústria”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da SDE.

De acordo com a empresa, a estimativa é começar a operar a planta no final de 2022. Nesta primeira fase, a unidade terá uma capacidade produtiva combinada de pigmento de titânio e de óxido de ferro de 38 mil toneladas/ano, com expectativa de atingir 170 mil toneladas/ano quando todas as etapas do projeto estiverem implementadas. Além do pigmento de dióxido de titânio, utilizado para vários fins, a exemplo de base para tinta imobiliária, produção de vidros e plásticos e protetor solar, tem o segundo subproduto que é hematita sintética, que tem como finalidade a indústria siderúrgica.

Fonte: Ascom/Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 20/01/2021	



Ações de assistência técnica e extensão rural avançam na Bahia

20 janeiro 2021



O ano de 2020 representou um período de muitos desafios, mas também de superações e avanços. Um exemplo disso foi o serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) do Governo do Estado, executado pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaterr), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado (SDR). Só em 2020, foram firmados nove contratos com consórcios públicos, para o atendimento de cerca de 12 mil famílias. Em convênio com 9 prefeituras, foram 1.620 famílias. Após o início da execução das chamadas públicas de Ater, passaram a receber o serviço de assistência técnica mais 19.080 famílias.

Por meio do trabalho desses agentes e técnicos, distribuídos em todo o estado, foram realizadas cerca de 240 novas inscrições para o programa Garantia-Safra, apoio a diversas iniciativas de parceiros, de acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao crédito, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), resultando em 212.058 novos contratos com instituições financeiras. Foram realizadas ainda capacitações e formações, presenciais e on-line, direcionadas tanto às famílias agricultoras, quanto aos agentes de Ater.

De acordo com a superintendente da Bahiaterr, Célia Watanabe, a crise sanitária mundial trouxe grandes desafios para a agricultura familiar, uma vez que a produção de alimentos saudáveis é condição básica para a manutenção da saúde. Ela observa que, mesmo com as dificuldades ocasionadas pela pandemia, a Bahiaterr deu continuidade às ações em 2020, atendendo a mais de 80 mil famílias, por meio de diversas modalidades de execução do serviço de Ater: “Foram executadas ações de Ater por meio de chamadas públicas, do atendimento com as equipes diretas que atuam nos 27 Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (Setaf) e em parcerias firmadas com municípios e consórcios públicos. Iniciamos também outros processos de formação, a exemplo do Formater e o Diálogos de Ater, realizados no formato on-line”.

Formação

Para qualificar a atuação dos agentes de Ater junto às famílias do campo, a Bahiaterr executa o Formater, uma formação continuada dos extensionistas que prestam o serviço de Ater no estado, além de formar, também, agricultores(as) multiplicadores(as) para atuarem na perspectiva da transição agroecológica e do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (DRS). Outra ação, iniciada em 2020, foi o Diálogos de Ater, encontros ao vivo, transmitidos todas às quintas-feiras, às 16h, pelo canal SDRBahia, no Youtube, com a apresentação e debates sobre diferentes temáticas da Agricultura Familiar, desde sistemas produtivos até

organização socioprodutiva na agricultura familiar, dentre outros. As ações de formação contam com a parceria da Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica (Cepex).

Para Maria de Fátima Cruz, agente de Ater da Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido (Arcas), que atua no município Ribeira do Pombal, a capacitação feita pela Bahiater, que abordou as maneiras antigas e atuais de manejo e convivência no campo, foi 100% informativa e demonstrativa: “O curso demonstrou, em vídeos e textos, formas de convivência, comportamentos e tratamentos e a igualdade que deve ser vivida no dia a dia de luta e do trabalho rural. Particularmente, avalio que durante todo o percurso me incentivei a absorver todas as informações geradas pelos profissionais, pois tinha plena consciência que obterei grande aprendizado. Recomendo o curso da Bahiater a todos os técnicos Agrícolas, iniciantes ou veteranos, por conter grande quantidade de informações e reformulação mental e visual para qualquer profissional, que atue nessa área”.

A Ater consiste em serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais. Dentro do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Ater atua como ação potencializadora do fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, uma vez que permite a ampliação e melhoria da produção, tão necessária à população.



Produção Alimentos

A produção de alimentos saudáveis, prioridade máxima da agricultura familiar, é um serviço essencial, de grande relevância, que necessita de acompanhamento técnico para se desenvolver de forma mais eficiente e eficaz. Nesse sentido, mesmo com o contexto da pandemia da COVID-19, os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) não foram paralisados, embora venha sendo realizado com algumas restrições. A equipe técnica busca respeitar as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como os decretos estaduais e municipais, permitindo, assim, que os agricultores familiares continuem sendo devidamente atendidos.

Nezia do Nascimento Cardoso, da Associação Embaúba, município de Itacaré, que produz hortaliças, cacau e banana, além de criar galinhas, recebe o serviço de Ater do Estado, via Cooperativa de Desenvolvimento Territorial (Cooperast). Ela ressalta que, apesar dos desafios, é muito boa a assistência técnica, no geral, e que é necessária para os agricultores e suas atividades: “A técnica sempre esteve atenta às nossas demandas, aqui trabalhando junto e tivemos algumas formações que realmente fizeram a diferença. Fizemos hortas, galinheiro e curso para a produção de compotas. Todas as ações foram importantes”.

Outras ações

A Bahiater/SDR atuou ainda na divulgação das Leis e Resoluções referentes ao Crédito Rural no contexto da pandemia, com as devidas orientações; emissão de Notas Técnicas, visando identificar municípios não zoneados, mas, aptos agronomicamente e/ou zootecnicamente, para as atividades agropecuárias no tocante ao financiamento por intermédio do Crédito Rural; na articulação e realização de ações conjuntas com os Agentes Financeiros e Organizações afins, visando viabilizar, em meio ao contexto da COVID-19, acesso ao crédito rural.

Com o apoio da superintendência, nesses últimos meses, foram desbloqueados 6.708 CPFs de agricultores e agricultoras familiares e emitidas ou renovadas 73.877 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Foi disponibilizado um canal direto (via WhatsApp) entre as famílias agricultoras e a Bahiater, o que possibilitou o atendimento a 792 agricultores familiares, que puderam ser orientados, de modo remoto, para informações e encaminhamentos relacionados à emissão e renovação de DAP.

A Bahiater/SDR apoia a comercialização da produção da agricultura familiar via programas institucionais como o PAA e o de Alimentação Escolar (PNAE), em parceria com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), com 16 municípios já contemplados. A partir da atuação da equipe técnica, foi implementado o Sistema de Gerenciamento de Ater (SIGATER), com a capacitação de 247 coordenadores, subcoordenadores, técnicos de Ater e servidores do Programa Primeiro emprego dos 27 SETAFs, para o acompanhamento e monitoramento das ações.

Foi realizado o mapeamento das feiras de agricultura familiar e o apoio na orientação das atividades de comercialização da agricultura familiar, seguindo as orientações e decretos relacionados à pandemia; assessoramento da elaboração de projetos ou propostas técnicas de cooperativas e associações; participação em comissões, câmaras técnicas, conselhos, colegiados, grupos de trabalho ou gestor, temáticos, em níveis territorial ou estadual; e articulação técnica com os SETAFs, para orientação de respostas aos questionamentos do quadro 'Dúvidas e Respostas' do Programa Rural Produtivo/TVE, dentre outras ações.

Fonte: Ascom/Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: Economia
Data: 20/01/2021	



Quarta, 20 de Janeiro de 2021 - 19:00

Preço de combustíveis da Petrobras continua defasado apesar de reajuste, dizem analistas

por **Diego Garcia** | Folhapress



Mesmo com o reajuste de R\$ 0,15 no litro da gasolina nesta terça (19), os preços dos combustíveis da Petrobras continuam defasados, segundo especialistas do setor.

Segundo cálculo de Étore Sanchez, da Ativa Investimentos, o preço da gasolina vendida pela estatal está 7% abaixo do preço da gasolina internacional.

Com relação ao diesel, o percentual de defasagem é estimado entre 11% e 14%, de acordo com a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

Thadeu Alves, chefe de petróleo e gás da FCStone, afirma que a postura da Petrobras de segurar os preços vem sendo mantida por um tempo maior do que o habitual. A estratégia, segundo ele, não faz sentido do ponto de vista econômico.

"Por razão de mercado não é. Se quer ganhar um market share, uma fatia de mercado maior, com abrangência maior, coloca abaixo, mas manter por três semanas a 15% abaixo não faz sentido no mercado", disse Alves.

Ele alertou que em alguns locais sem produção, como São Luís (MA), o preço do diesel está abaixo até do praticado no Golfo Americano, principal praça de importação e de onde o Brasil recebe a commodity.

"Se a Petrobras não mudar a postura atual, se o preço não voltar, vamos ter um impasse, porque ela vai precisar subir sozinha no mercado e vai entrar na situação do governo Dilma", disse Alves.

Durante o primeiro mandato de Rousseff, entre 2011 e 2014, a determinação era que a Petrobras não fizesse o repasse da alta no barril de petróleo internacional para os preços de combustíveis praticados no mercado interno. Isso causou prejuízo bilionário à estatal.

A Abicom protocolou no início do mês um ofício no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reclamando do que vê como prática predatória da Petrobras na política de preços.

Sergio Araújo, presidente da entidade, afirma que a defasagem na Petrobras inviabiliza a importação e pressiona o setor de produção de etanol.

Segundo ele, a credibilidade do país pode ser abalada se a política de preços não for alterada, o que afastaria investidores, atrapalharia a geração de empregos e o desenvolvimento.

"Já vivemos esta mesma história no início dos anos 2000, e o resultado não foi bom para o país, para a sociedade e

nem para o refinador", disse o presidente da Abicom.

Outro efeito do preço dos combustíveis diz respeito à inflação. O preço da gasolina compoe 5% do IPCA, principal índice de preços do país, com elevado impacto indireto sobre os preços de outros produtos, dado seu uso para transporte.

Nesse sentido, a desafagem de preços poderia evitar um impacto maior sobre a inflação, que encerrou o ano de 2020 em 4,52%, acima do centro da meta da inflação para o ano, de 4%.

Alves, porém, avalia que não há "nenhum indicativo, suspeita ou rumor" de que haja algum tipo de interferência política na Petrobras para segurar os preços dos combustíveis com o objetivo de evitar o repassa para a inflação, apesar de existir esse efeito colateral benéfico.

O último reajuste feito pela Petrobras no preço da gasolina havia sido em 29 de dezembro, com aumento de 4% no diesel e 5% na gasolina. No mesmo período, o preço do barril do tipo Brent cresceu 8%.

De acordo com um levantamento da ValeCard, empresa especializada em soluções de gestão de frotas, o preço do litro da gasolina subiu de R\$ 4,714 para R\$ 4,805, uma alta de 1,91% na primeira quinzena de 2021.

De acordo com a pesquisa, a maior alta de preços ocorreu no Amazonas (4,73%), e a menor em Tocantins (0,8%). Nenhum estado do país registrou redução no valor médio do combustível.

Os dados foram obtidos por meio do registro das transações realizadas de 1 a 14 de janeiro com o cartão de abastecimento da ValeCard em cerca de 20 mil estabelecimentos credenciados.

Procurada, a Petrobras afirma que tem compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com os mercados internacionais.

"Estão mantidos os princípios que balizam a prática de preços da Petrobras, como preço de paridade de importação (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação, e nível de participação no mercado. Os reajustes são realizados sem periodicidade definida, de forma que a volatilidade das cotações internacionais e da taxa de câmbio podem não ser repassadas imediatamente para o mercado interno", disse a estatal.

Segundo o Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), o reajuste foi resultado da pressão do mercado privado sobre a Petrobras e visa viabilizar sua privatização.

Rodrigo Leão, coordenador do Inep, vê com preocupação a pressão dos importadores. Na sua avaliação, os reajustes podem causar uma eventual volta da volatilidade dos preços no mercado interno.

"Com a privatização, a tendência é que o preço dos derivados aumente ainda mais. O projeto de petróleo que o país está seguindo é o de submissão ao mercado internacional, sem o mínimo debate sobre os interesses externos", disse Leão.

ECONOMIA

Publicado em 21/01/2021 às 06h44.

Tarifa de importação de pneus para transporte de cargas é zerada

Imposto de 16% será retirado para diminuir custos para caminhoneiros

Redação



Foto: Divulgação/CNT

Após negociações com a categoria, o governo federal decidiu suspender, a partir desta quinta-feira (21), o Imposto de Importação de pneus para transporte de carga que entrem no Brasil. Em 2020, 1,28 milhão de pneus novos de borracha, usados em caminhões, foram importados pelo Brasil, num total de US\$ 141,8 milhões.

O Ministério da Economia, por meio de comunicado oficial, disse que atendeu a um pedido feito pelo Ministério da Infraestrutura. A Camex informou ter ouvido empresas do setor que, informaram que os preços dos pneus de carga no mercado nacional têm ficado mais caros por causa da alta do dólar, do aumento da demanda pelo produto e pela elevação do preço das *commodities* (bens primários com cotação internacional).

Veículo: G1	Caderno: Economia
Data: 20/01/2021	



Copom mantém taxa básica de juros da economia em 2% na primeira reunião de 2021

Decisão foi de acordo com a previsão de analistas do mercado financeiro. É a terceira vez que o BC decide manter a Selic em 2% ao ano.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

20/01/2021 18h34 Atualizado há 15 horas

Na primeira reunião de 2021, o **Comitê de Política Monetária (Copom)** do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (20) manter a taxa básica de juros em 2% ao ano, a mínima histórica.

A decisão foi unânime. É a terceira reunião consecutiva em o Copom mantém a taxa em 2%.

No comunicado, o Banco Central afirma que com relação ao cenário de inflação, há riscos para ambas as direções. Segundo o BC, se o nível de ociosidade da economia pode levar a trajetória de inflação para abaixo do esperado, “um prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia que piore a trajetória fiscal do país, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco”, o que seria uma trajetória da inflação acima do esperado.

A definição da taxa de juros se dá em meio à alta dos preços das "commodities" (produtos com cotação internacional, como petróleo, minério de ferro e soja) e à valorização do dólar, a moeda norte-americana. Esses fatores pressionam a inflação no começo deste ano.

Por outro lado, a economia dá sinais de desaquecimento no início de 2021 em relação ao registrado no último semestre do ano passado.

O fim do auxílio emergencial do governo federal, segundo economistas, está contribuindo para o fraco nível de atividade no primeiro trimestre — e atuando para conter a inflação.

Fim do 'forward guidance'

No comunicado sobre a decisão desta quarta-feira, o Copom anunciou o fim do chamado "forward guidance", a orientação futura que indica a manutenção dos juros respeitadas certas condições.

O BC informou que essas condições deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de inflação estão próximas da meta.

Segundo o BC, isso não significa, no entanto, que haverá uma elevação da taxa de juros, "pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade".

Como é tomada a decisão

O Copom fixa a taxa básica de juros com base no sistema de metas de inflação, olhando para o futuro pois as decisões demoram de seis a nove meses para terem impacto pleno na economia.

Neste ano, a meta central é de 3,75%, mas o IPCA pode ficar entre 2,25% a 5,25% sem que a meta seja formalmente descumprida. Para 2022, a meta central é de 3,5% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%.

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o IPCA somou 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 21/01/2021	Caderno: Economia



Justiça paulista nega à Promotoria isenção de IPVA a pessoas com deficiência

MP entendeu que atual lei estadual sobre o tema viola os princípios da igualdade e isonomia ao conceder benefício apenas a quem tiver adaptado veículo

Samuel Costa

20 de janeiro de 2021 | 18h55

Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil

A **15ª Vara da Fazenda Pública da Capital**, do [Tribunal de Justiça de São Paulo](#), negou pedido do [Ministério Público](#) paulista sobre inconstitucionalidade da lei estadual 17.293/2020, que regulamenta isenção de [IPVA](#) para pessoas com deficiência. O MP argumentou que o dispositivo legal fere os princípios da igualdade, isonomia e anterioridade tributária. O entendimento é que restringia-se o benefício apenas para pessoas com deficiência que adaptaram seus veículos para permitir-lhes a direção. Requeria-se, então, que todas as pessoas com deficiência pudessem ser contempladas com a desobrigação de pagar o imposto.

Por outro lado, o Ministério Público também questionou a regularidade da cobrança do imposto já neste ano, levando-se em consideração o tempo em que as novas regras foram instituídas. Isso porque a lei 17.293/2020 foi publicada em outubro de 2020. Sendo assim, foi alegado que a cobrança do imposto já neste ano poderia ferir a [Constituição Federal](#), que estabelece que, em casos de aumento de impostos ou a criação de novos, a cobrança somente pode ser realizada no ano seguinte à sua publicação; ou que as novas regras tributárias sejam publicadas pelo menos há 90 dias do início da cobrança.

A juíza Gilsa Elena Rios, no entanto, compreendeu que a lei não restringe o benefício a apenas as pessoas que são deficientes e que adaptaram os seus carros. Segundo a magistrada, o decreto estadual 65.337/20, que regulamentou a lei em questão, estende o benefício para quem apresente deficiências [física](#), [visual](#), mental, intelectual, severa ou profunda, ou autista, que impossibilite a condução do veículo.

Sobre a regularidade da cobrança do imposto, Gilsa Rios justificou que o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a exigência dos 90 dias é válida apenas para casos de elevação do valor cobrado ou instituição de novos impostos. “A Lei n. 17.293/2020 não se refere a aumento de tributo, mas revogação de isenção, sendo permitida a não observância da anterioridade nonagesimal, pois quando da isenção, o imposto e a base de cálculo já estão fixados, tendo sido alterado o critério de isenção”, escreveu.

Aproximadamente 80% de pessoas deficientes devem perder isenção, diz MP-SP

O Ministério Público de São Paulo já recorreu da decisão. No recurso encaminhado ao desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o MP argumenta que a lei 17.293/2020 restringe o benefício às pessoas deficientes que tenham adaptado seus veículos ou que sejam incapazes de dirigir.

Segundo o documento, cerca de 80% das pessoas hoje beneficiadas com a desobrigação tributária deixarão de ser contempladas pela política social.

É solicitado, então, liminar que garanta a isenção a todas as pessoas que em 2020 foram beneficiadas pela regra original. É destacado que o período de cobrança do IPVA já foi iniciado e que a nova lei pode prejudicar parte expressiva da população. “Se não for imediatamente suspensa, causará danos irreparáveis aos deficientes que, ou não terão condições financeiras de recolher o imposto ou, se o fizerem, não serão ressarcidos pelo Estado”, argumenta Wilson Ricardo Coelho Tafner, promotor do Ministério Público de São Paulo.

COM A PALAVRA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

O promotor de Justiça Wilson Tafner, entrou com um agravo de instrumento (recurso) contra a decisão de 1ª instância no processo 001399-53.2021.8.26.0053 sobre a suspensão de pagamento de IPVA em relação aos contribuintes deficientes, solicitada pelo MPSP.

Cidadania fiscal versus ilusão fiscal

Os cidadãos devem ter plena consciência de quanto estão pagando, para saber o quanto podem exigir de retorno

Por Caio Malpighi

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Quando escreveu “O Príncipe” (“Il Principe”) em 1513, Maquiavel deixou um verdadeiro manual, contendo mandamentos, máximas e orientações, para a instituição e condução de um governo absolutista, que viesse a unificar a Itália (na época dividida).

Em uma das passagens de seu livro, justificando os meios pelos fins, Maquiavel defende que o povo deve ser ludibriado, como forma de manutenção do poder pelo príncipe soberano. Assim, ele explica para o príncipe: “todos vêm o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos”.

Os cidadãos devem ter plena consciência de quanto estão pagando, para saber o quanto podem exigir de retorno

Apesar do modelo de Estado absolutista pregado por Maquiavel não encontrar mais espaço no atual estágio civilizatório, marcado pela hegemonia dos governos democráticos, ainda assim políticos e administradores eleitos pelo voto popular tentam ludibriar os cidadãos eleitores (de quem deveria emanar o poder), com este espírito maquiavélico, por meio do que chamamos de ilusão financeira.

Esse fenômeno é narrado pelo economista Italiano Amilcare Puviani em seu livro “Teoria da Ilusão Financeira” (“Teoria della illusione finanziaria”), no qual ele

demonstra que a complexidade e a falta de transparência dos sistemas tributários e de finanças públicas podem ser utilizados propositalmente pelos governantes e administradores públicos para sublimar a má gestão das receitas decorrentes da arrecadação tributária, bem como para diminuir a resistência e questionamentos dos contribuintes quanto à necessidade ou legitimidade dessas arrecadações compulsórias.

É o que acontece no Brasil, principalmente na tributação sobre o consumo, que é fragmentada em diversas competências legiferantes (federal, estaduais e municipais), com várias formas de incidências tributárias (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISSQN), em um sistema altamente complexo e custoso.

Pior, diante da cumulatividade dessas incidências tributárias, em todas as cadeias de produção (desde a importação/industrialização até o consumo final) e da mencionada complexidade de apuração de cada um dos vários tributos, o consumidor final (que é o contribuinte que, de fato, arca com o ônus financeiro desses impostos) não tem consciência de quanto do valor pago pelo bem ou serviço adquirido foi destinado ao Estado, a título de tributação.

O que queremos dizer é que, quando uma pessoa vai ao mercado e compra um saco de feijão, por exemplo, por R\$ 8,00, ela sequer tem noção de quanto do valor foi repassado ao Fisco. Muitas vezes, a população nem se dá conta de que, ao consumir determinado bem ou serviço, está, naquele momento, contribuindo para o financiamento da atividade estatal. Uma verdadeira ilusão fiscal.

De fato, a tributação indireta (sobre a renda consumida) é mais difícil de ser percebida pela população, ao contrário da tributação que incide diretamente sobre a renda, situação em que o contribuinte “sente na pele” ao declarar e pagar um imposto calculado sobre o fruto de seu capital ou de trabalho. Isso, aliás, já foi notado há muito tempo (em 1848) pelo pensador inglês John Stuart Mill, em seu livro “Princípios da Economia Política” (“Principles of Political Economy”).

Agora, se pela sua própria forma de incidência, a tributação sobre o consumo passa mais facilmente despercebida pelos cidadãos, esse ilusionismo fiscal é potencializado quando o Estado se organiza de forma complexa, estabelecendo

diversas regras e alíquotas, fragmentando assim a base de incidência fiscal sobre consumo entre diversos entes políticos, com uma variação de carga fiscal (que varia não apenas entre setores econômicos, mas também de produto para produto).

Desse modo, quando indústria, comércio e prestadores de serviços se submetem a regimes tributários distintos, além da distorção econômica causada ao mercado, o consumidor final arca com o tributo no escuro, ao consumir determinado bem ou serviço.

Pior, quando o arroz tem uma carga de incidência fiscal diferente da carga de incidência fiscal do feijão que, por sua vez, é tributado diferentemente do que é a farinha, tudo isso com cálculos complexos que são apurados “por dentro” do valor dos bens comercializados (com um tributo incidindo sobre outro tributo), o contribuinte fica impossibilitado de saber quanto está pagando de imposto.

Isso nos encaminha ao debate da reforma tributária, cujo desafio principal não é apenas apresentar um modelo de tributação sobre o consumo que se mostre o mais eficiente e neutro possível, mas que também se mostre claro e perceptível à população, de modo que os cidadãos tenham plena consciência de quanto estão pagando, para saber o quanto podem exigir de retorno da atividade estatal.

Nesse ponto, dentre todas as propostas, aquela apresentada pela Câmara dos Deputados por meio da PEC nº 45/2019 é a que parece melhor atender a esses anseios, pois unifica todas as bases de incidência sobre o consumo (importação, industrialização, comércio e prestação de serviço) em um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que conta com: (i) uma alíquota única e uniforme; (ii) crédito amplo em cada uma das cadeias produtivas (evitando a cumulatividade, de modo a permitir com que o consumidor final arque apenas com a carga tributária incidente na última cadeia de consumo); e (iii) utilização do método do cálculo por fora, que possibilita ao consumidor final saber exatamente qual foi a carga tributária arcada quando da aquisição daquele bem ou serviço.

Enfim, uma reforma tributária é necessária, para que tenhamos mais cidadania e menos ilusionismo fiscal e financeiro. Afinal, todo o poder emana do povo (artigo. 1º, caput, CF/88), que merece clareza e transparência do Estado Fiscal.

Caio Malpighi é advogado tributarista no escritório Ayres Ribeiro Advogados e conselheiro jurídico (legal advisor) na Associação Brasileira das Empresas de Luxo (Abrael)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Emagrecimento: Mulheres em Salvador estão emagrecendo com amostras grátis

KETO BOOST

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Refrigerador Top Freezer

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Janeiro Branco: o mês da saúde emocional

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Lojistas de Bahia ganham dinheiro online com esta solução

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador



Por **Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli**

Cavalcanti e Fragelli são professores da Escola de Pós-Gradu... [ver mais](#)

Tributos, estagnação e desigualdade

Um dos motivos do baixo crescimento e da péssima distribuição de renda é a caótica estrutura tributária

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

O Brasil está estagnado há quatro décadas e a desigualdade social petrificada por cinco séculos. A reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados é uma ótima oportunidade para se começar a corrigir o rumo, mas o governo prefere insistir na recriação da CPMF, quando não ignora completamente o tema.

Um dos principais motivos do baixo crescimento e da péssima distribuição de renda é a caótica estrutura tributária. Desde a Constituição de 1988, os gastos públicos primários saltaram de 25% do PIB para 35%, acompanhados de elevação da carga tributária necessária para custeá-los. O nível de gastos atual constitui uma decisão política legítima que reflete as preferências do eleitor - apesar do seu impacto negativo sobre o crescimento -, mas a forma de arrecadar os recursos para custeá-los reflete uma (in)decisão política absurda. Isto porque uma reforma tributária competente geraria a mesma receita, aceleraria o crescimento econômico e também melhoraria a distribuição de renda.

Um dos motivos do baixo crescimento e da péssima distribuição de renda é a caótica estrutura tributária

Desde 1988, a busca desesperada por mais receitas levou à criação de novos impostos e bases de incidência, como a Cofins e a CSLL. A legislação tributária tornou-se extremamente complexa, obrigando muitas empresas a manter diversos funcionários em atividades administrativas improdutivas. São contadores e advogados ocupados em tarefas burocráticas kafkianas, cujos salários têm que ser pagos por quem atua na linha de produção. A consequência é uma baixa produtividade média do trabalho, resultando em salários igualmente baixos pagos a todos. Com tantas novas regras expedidas diariamente pelas três esferas de governo, o risco empresarial associado ao eventual não cumprimento de uma delas é enorme. O resultado é, subinvestimento, atrofia da geração de empregos e lento crescimento.

Um dos impostos que mais prejudicam o crescimento é o ICMS. Principal fonte de recursos estadual, ele é predominantemente pago no Estado em que o bem é produzido, em vez de naquele em que ocorre o seu consumo. No intuito de atrair empregos e receitas, diversos governadores ofereceram benefícios fiscais a indústrias instaladas em outros Estados, fenômeno conhecido por Guerra Fiscal. Como a queda de receita do Estado que perde uma indústria é maior do que o aumento de receita daquele em que ela se instala, o resultado líquido é uma redução da arrecadação do conjunto de Estados. A menor arrecadação sequer significa ganho de competitividade para as empresas, pois estas são levadas a se instalarem longe de seus consumidores e fornecedores, o que gera custos logísticos injustificáveis.

Trata-se de um exemplo de jogo de soma negativa em que decisões racionais individuais resultam numa enorme irracionalidade coletiva. Somente a substituição do ICMS por um imposto sobre valor adicionado (IVA) pago no Estado em que se dá o consumo final poderá eliminar a Guerra Fiscal.

Os regimes especiais de tributação, como o Simples e o regime de Lucro Presumido (RLP), onde o imposto devido constitui uma fração fixa do faturamento, geram dois péssimos incentivos econômicos adicionais. O primeiro é o fato de as empresas não terem incentivo a exigir notas fiscais de seus fornecedores, o que reduz a arrecadação, bem como estimula pequenos fornecedores a permanecerem na economia informal. Empresas informais têm menos acesso ao crédito e à Justiça, prejudicando a produtividade. A informalidade, por dividir a carga tributária entre

poucos contribuintes, requer alíquotas elevadas para os contribuintes formais, desestimulando investimentos.

O segundo é que o imposto sobre o faturamento constitui uma tributação em cascata que distorce preços relativos, pois onera de forma mais intensa os produtos cujas cadeias de produção são mais longas. Além disso, a tributação em cascata impede o cálculo preciso do peso da tributação no custo final de um bem, o que dificulta a desoneração de exportações e de bens de investimento.

Os ganhos potenciais da racionalização da estrutura tributária brasileira foram investigados em Ferreira e Pereira (RBE 2010), com base num modelo estilizado. Estimou-se que uma reforma tributária envolvendo desoneração da folha de pagamentos, redução da cumulatividade com introdução do IVA-F, bem como a desoneração dos investimentos, mediante menor prazo de restituição de créditos de ICMS, aumentaria em de 1,5 pontos percentuais a taxa de crescimento do PIB, nos oito anos seguintes à sua implementação. Os ganhos são significativos e rápidos.

O exemplo de tributação que mais nitidamente gera desigualdades é o RLP. Inicialmente criado para facilitar a gestão de pequenas empresas, o RLP hoje se aplica a firmas com faturamento anual de R\$ 78 milhões. Esse limite altíssimo permite a um profissional liberal altamente qualificado pagar uma alíquota marginal de imposto de cerca de apenas 15% - soma de IRPJ, PIS, Cofins e ISS - sobre a renda de seu trabalho.

Em contraste, um profissional com igual qualificação que seja empregado CLT de uma grande empresa paga 27,5% de alíquota marginal de IRPF. Além disso, seu empregador recolhe 34,5% - soma de INSS, FGTS, Sistema S, Salário Educação, PIS e RAT -, sobre toda a folha salarial. Assim, a cada R\$ 100 de salário bruto recebido a mais, o empregado CLT tem que produzir R\$ 134,50 a mais para manter seu emprego, mas embolsa apenas R\$ 80,50 - sendo R\$ 72,50 o salário líquido de IRPF e R\$ 8 depositado no FGTS. Isso significa que a alíquota marginal de tributação sobre o valor do trabalho é de 40,1% para um empregado CLT, mas de apenas 15% para quem atua sob o RLP. Difícil imaginar algo mais bizarro e injusto.

Todas as distorções listadas acima poderiam ser eliminadas com apenas duas medidas. A primeira seria a aprovação da PEC 45 que propõe a transformação de cinco impostos atuais - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - num único IVA pago ao estado em que ocorre o consumo final. A segunda seria a redução significativa das vantagens concedidas aos regimes especiais de tributação, seja via diminuição do teto de faturamento ou elevação das alíquotas. Embora o ambiente no Congresso nunca tenha sido tão receptivo a uma reforma tributária ampla e eficaz, inexplicavelmente o governo insiste na recriação da CPMF, um imposto sobre faturamento com todos os defeitos inerentes a essa base de incidência.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV

Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Emagrecimento: Mulheres em Salvador estão emagrecendo com amostras grátis

KETO BOOST

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Lavadora De Roupas Consul

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

Economia pode ter contração no primeiro trimestre

Maior disponibilidade de vacinas e competência em sua distribuição e aplicação podem mudar este quadro

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

A vacinação contra a covid-19 vai ditar o grau de recuperação da economia, assim como a duração e extensão da segunda onda da pandemia, que afeta mais de uma dezena de Estados nos quais o contágio está em progressão acelerada. As vacinas irão atrasar devido a problemas na entrega dos insumos ativos para sua confecção - no caso da Fiocruz, que produzirá o imunizante das AstraZeneca -Oxford, elas só estarão disponíveis a partir de março. Esses são mais alguns indícios de que o primeiro trimestre poderá terminar com um recuo na economia, que deverá ser compensado por uma aceleração a partir daí, se a aplicação das vacinas deslanchar.

Os índices de desempenho divulgados até novembro refletem uma perda de fôlego do ritmo de recuperação, até certo ponto previsível. A recuperação tem um formato de V, mas minúsculo, já que apenas em 2022 a economia voltará ao nível de crescimento que apresentava antes da pandemia. Os dados confirmam este arrefecimento. O mais recente deles, o IBC-Br, uma prévia do PIB, teve desaceleração, para 0,59%. No ano, há queda de 4,63%. Com a expansão esperada em dezembro, o país terminará com um recuo entre 4% e 4,5%. Foi o país latino-americano com as menores perdas causadas pelo coronavírus.

Apesar disso, mesmo retornar ao nível indigente de crescimento de antes da pandemia pode demandar esforço. O recrudescimento da pandemia, um novo cerco (moderado) à mobilidade, o fim do auxílio emergencial, que despejou R\$ 361

bilhões na economia em 2020 e aumento do desemprego devem conter a recuperação no primeiro trimestre.

A redução do auxílio, de R\$ 600 para R\$ 300, teve alguma influência. As vendas no varejo apontaram estabilidade em novembro (-0,1%), após seis altas mensais consecutivas. A média móvel trimestral avançou 1,2%, mas também mostrou perda de fôlego.

O consumo impulsionado pelo auxílio de R\$ 600 parece dar sinais de esgotamento. Menos dinheiro e mais inflação diminuíram as vendas de hipermercados, supermercados, alimentos e bebidas (-2,2%), setor que concentra boa fatia dos gastos das pessoas contempladas com o benefício. Chama a atenção ainda, no caso do varejo ampliado, a contração do setor de material de construção (-0,8%). Ainda assim, a expansão no ano foi de 10%.

O varejo é um segmento de peso no setor de serviços, que compõem mais de dois terços do PIB. Ele foi o mais duramente atingido pelo distanciamento e as restrições à mobilidade impostas pelo combate à pandemia. Apesar da expansão de 2,6% em novembro e de 19,2% em seis meses, continuará oscilando ao sabor da covid-19, e pode interromper a recuperação em breve. Com a reação, o acumulado do ano ainda apresenta uma queda de 8,2% e o resultado em 12 meses findos em novembro é um recuo de 7,4%, o maior desde dezembro de 2012.

A parte dos serviços movidos à renda dificilmente terá uma performance brilhante nos próximos meses, ou capaz pelo menos de fechar a distância do nível alcançado antes da covid-19 chegar ao país. Falta um avanço de 5,4% para que os serviços de transportes cheguem lá. O hiato para os serviços às famílias é muito maior, de 34,2%. Apenas os serviços de informação e comunicação e o de outros serviços (com destaque para serviços financeiros auxiliares) deixaram para trás o forte baque dos primeiros meses de pandemia.

A conjunção de fim do auxílio e alta dos contágios na segunda onda levou a uma gradual revisão suave para baixo das expectativas de crescimento do PIB em 2021. Entretanto, superaram em pouco a expansão esperada decorrente do carregamento estatístico, de 3% a 3,5%. A consultoria Oxford Economics, por exemplo, prevê avanço de 1,7% do PIB no quarto trimestre, e uma contração da economia neste

primeiro trimestre do ano. Mesmo assim, projeta um PIB 3,8% maior em 2021, perspectiva mais otimista que a mediana de 3,45% agregada pelo boletim Focus, do Banco Central.

Sem um claro alívio no front econômico, e no sufoco no campo sanitário, haverá pressões políticas pela renovação do auxílio emergencial, assunto que parece ter entrado de vez na disputa pelo comando da Câmara e do Senado. E, com aumento do desemprego e a economia fraca, o BC terá motivos para retardar a elevação dos juros. Maior disponibilidade de vacinas e competência em sua distribuição e aplicação - ambas em falta - poderão mudar bastante este quadro, para melhor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Lavadora De Roupas Consul

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

O que é o Janeiro Branco?

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

por taboola

Conteúdo Publicitário

Pandemia leva ministros do STF a reduzir impacto de decisões

Modulação de efeitos foi aplicada em três casos e está prevista para outros três

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



Leonel Pittzer: modulação estimula a edição de leis sabidamente inconstitucionais pelos entes tributantes — Foto: Luciana Whitaker

Em meio à pandemia, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) parecem estar mais sensibilizados com a situação das contas públicas. Passaram a propor com mais frequência a chamada modulação de efeitos para os casos tributários - que impede a aplicação das decisões de forma retroativa. A medida foi adotada em três

casos já encerrados e proposta em outros três em andamento, o que preocupa os contribuintes por serem processos de maior impacto.

A modulação, antes, era pouco usada no Supremo. Foi adotada cinco vezes somente desde que os ministros, em 2006, passaram a admitir a medida para os recursos extraordinários. Em todos esses casos e nos atuais, nem mesmo as ações em andamento são beneficiadas.

O aumento serve como sinal de alerta para os contribuintes. Os três casos que ainda não foram finalizados, por exemplo, envolvem discussão sobre cobranças de tributos e, com a modulação, podem ter como consequência o que os advogados chama de “ganha, mas não leva”.

Para o poder público, por outro lado, a medida reduz, e muito, o prejuízo em uma derrota no STF. O Estado de São Paulo, por exemplo, envolvido em um dos processos iniciados durante a pandemia, que trata de ITCMD, garantiria R\$ 2,6 bilhões - valor discutido nas ações movidas por contribuintes.

Os ministros julgam, nesse caso, a possibilidade de os Estados tributarem doações e heranças de bens localizados no exterior. O relator, Dias Toffoli, votou contra a cobrança, mas propôs que a decisão tenha efeitos somente para as transferências que ocorrerem depois da publicação do acórdão.

Significa, na prática, que aqueles contribuintes que têm ações ajuizadas sobre esse tema, apesar de reconhecidamente ter razão, perderão os seus processos e terão que pagar as quantias que foram cobradas, no passado, pelos Estados.

Toffoli tem o apoio do ministro Edson Fachin. Eles são os únicos que têm votos nesse processo. O julgamento teve início no mês de outubro, por meio do Plenário Virtual, e foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

As decisões proferidas pela Corte, em regra, tem efeito *ex tunc*, ou seja, produzem efeitos desde o momento da edição da norma que foi declarada inconstitucional. E, nesse caso, todos os contribuintes podem, na Justiça, pedir o reembolso pelos pagamentos indevidos no passado.

Se houver modulação, no entanto, há duas possibilidades: permitir que apenas aqueles que já tinham ação em andamento sejam reembolsados - a situação mais comum - ou vetar a devolução dos valores para todo mundo até determinada data, como os ministros têm sugerido nos julgamentos realizados durante a pandemia.

Um levantamento feito pelos advogados Leonel Pittzer, Ariel Möller e Vanessa Perlingeiro mostra como isso vem ocorrendo no Supremo Tribunal Federal. A pesquisa tem fins acadêmicos e é atualizada ano a ano.

Antes da pandemia, os ministros haviam aplicado a modulação a 11 processos tributários. Em cinco, aqueles que já tinham ações em andamento também foram afetados. Esses dados são registrados desde o ano de 2006.

Já entre março e dezembro de 2020, período que vem sendo chamado de “jurisprudência pandêmica” - muito mais curto do que todo o histórico de tempo da pesquisa - os ministros determinaram a modulação em três casos e não fizeram ressalva sobre as ações em andamento.

Se considerados os julgamentos que iniciaram na pandemia, mas foram suspensos por pedido de vista, esse número aumenta. Existem pelo menos outros três processos com proposta para que a decisão, quando proferida, seja aplicada somente para o futuro.

Além do que trata do ITCMD, os ministros pretendem adotar a medida no julgamento que vai definir se os Estados podem cobrar o diferencial de alíquotas (Difal) nas vendas realizadas no comércio eletrônico ou se precisam esperar por uma lei complementar.

O relator, Marco Aurélio, e o ministro Dias Toffoli votaram contra a cobrança - dando razão aos contribuintes -, mas Toffoli sugeriu a modulação de efeitos. Ele propôs que o entendimento, se prevalecer, tenha validade somente a partir do ano seguinte ao da conclusão do julgamento.

A situação é semelhante no processo em que se discute a tributação do software. Os ministros já têm maioria formada pela incidência do ISS, o imposto municipal - e não

do ICMS, o estadual - tanto para o chamado software de prateleira, comercializado no varejo, quanto para o software por encomenda, desenvolvido para atender as necessidades de um cliente específico.

Esse entendimento atente o pleito das empresas de tecnologia. Mas, dos sete ministros que votaram contra a incidência do ICMS, seis entendem que deve haver a modulação. Para eles, o marco para a aplicação do novo entendimento deve ser a data da ata do julgamento.

Tanto o processo sobre a cobrança do diferencial de alíquotas como o da tributação do software foram suspensos por pedidos de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Ele havia recém-chegado ao Supremo quando esses dois temas foram levados ao plenário e pediu mais tempo para estudar as matérias.

“Podemos afirmar que houve uma mudança de padrão modulatório do Supremo. Isso acende a luz amarela”, diz Leonel Pittzer, chamando a atenção para o impacto que essa situação pode gerar.

A modulação de efeitos, se adotada como medida padrão, pode provocar o que o advogado chama de “inconstitucionalidade útil”. “Vai estimular a edição de leis sabidamente inconstitucionais pelos entes tributantes”, afirma Pittzer, acrescentando que haverá ainda mais judicialização.

Há preocupação ainda em relação a outros casos, pendentes de julgamento na Corte. A modulação de efeitos é um dos pontos sensíveis, por exemplo, da chamada “tese do século”, que trata da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A decisão foi tomada em março de 2017. Em outubro daquele ano a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou embargos contra a decisão, que ainda não foram julgados. No recurso, pede que a decisão passe a valer a partir de janeiro de 2018.

O órgão alegou, dentre outros pontos, questões orçamentárias. O impacto desse caso para a União está estimado em R\$ 250 bilhões - se tiver que devolver o que foi pago pelos contribuintes nos últimos cinco anos.

A modulação de efeitos foi introduzida na legislação no ano de 1999, por meio da Lei nº 9.868, que trata das ações diretas de inconstitucionalidade. Na época - e por muito tempo foi assim -, diz o advogado Ademar Borges, professor de direito constitucional, a doutrina via nesse instituto um escudo de proteção do contribuinte contra o Estado.

“Exatamente na linha do que se tem no CTN [Código Tributário Nacional]. Quando a Receita Federal muda de entendimento e essa alteração gera aumento de carga tributária, não pode retroagir e penalizar o contribuinte”, afirma.

Os entes públicos conseguiram, aos poucos, ganhar espaço entre os ministros por causa das dificuldades financeiras - especialmente durante a pandemia. Não significa, no entanto, que o STF deixou de proferir decisões, aplicando a modulação de efeitos, em favor dos contribuintes.

Em um dos casos julgados na pandemia, eles validaram normas estaduais que autorizam a glosa de créditos que os contribuintes carregam do Estado de origem por conta de benefícios fiscais não aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Apesar de decidir de forma favorável aos Estados, os ministros proibiram autuações anteriores ao julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Emagrecimento: Mulheres em Salvador estão emagrecendo com amostras grátis

KETO BOOST

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Lavadora De Roupas Consul

FASTSHOP

Presidente do Ipea ‘não tem noção’ sobre indústria, diz setor

Brasil se transformaria em uma “roça” se exportasse apenas commodities e matérias-primas, afirma presidente da CNI

Por Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A fala do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Von Doellinger, ao **Valor**, na qual defendeu que o Brasil deixe de apoiar a indústria e coloque foco em suas vantagens comparativas, como agronegócio e a mineração, provocou mal-estar e forte reação no setor industrial. A visão é que o Brasil não pode ser comparado com países com população muito menor, como Austrália, e precisa, sim, desenvolver a indústria como fonte de geração de empregos e de aumento da renda.

“Essa posição demonstra que o presidente do Ipea, lamentavelmente, não tem a mínima noção da importância da indústria para a produtividade e o desenvolvimento dos demais setores da economia”, disse ao **Valor**, em nota, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, falando também pelas 70 associações do Fórum Nacional da Indústria.

“Não estou subestimando a importância dos setores agrícola e mineral. Mas o fato é que o Brasil se transformaria em uma roça, a fazenda do mundo, exportando apenas commodities e matérias-primas, assim como empregos de qualidade, para as economias mais desenvolvidas”, diz.

A CNI destaca que apenas a indústria manufatureira nacional é responsável por 25% da arrecadação federal. Responde por 50,6% das exportações e por 65% dos

investimentos em pesquisa e desenvolvimento. E cada R\$ 1 produzido na indústria de transformação gera R\$ 2,40 na economia nacional. Na agricultura é R\$ 1,66, e, no comércio e serviços, R\$ 1,49.

Para o diretor da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) André Cordeiro, o raciocínio de Doellinger repete a lógica da medida tomada pela rainha Maria I, há mais de dois séculos, quando proibiu fábricas e manufaturas no Brasil. “Isso não deu certo. A indústria que é capaz de gerar maior renda e bem-estar para a população. O Brasil não pode se dar ao luxo de concentrar atividades. Não pode prescindir de uma indústria grande e de base tecnológica”, diz Cordeiro.

Ele afirma ainda que o problema do Brasil é seu elevado custo para se produzir, em termos tributários e de outras obrigações. Nesse sentido, explica, não poderia nem ser considerado alto o volume de mais de R\$ 300 bilhões em gastos tributários, um quinto do chamado “custo Brasil”. “Nossa indústria é competitiva e eficiente. Nossos grandes problemas são logística, custo de capital alto, falta de segurança jurídica e uma carga tributária elevada”, salientou.

O presidente-executivo da Associação das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, demonstrou muita contrariedade com as declarações. Para ele, o raciocínio de Doellinger é como se estivesse dizendo que a montadora Ford fez bem em sair do Brasil.

“É impressionante em um país com indústria ampla e diversificada ouvir algo assim. É uma desconexão com a realidade brutal. No fim das contas, a gente não é necessariamente competitivo porque temos o governo mais caro do mundo”, afirmou, referindo-se a questões como custo tributário, energético e logístico. “A gente não está pedindo proteção. A nossa carga tributária é muito mais alta que as de serviços e agro, é uma questão de reforma tributária.”

O vice-presidente da Fiesp e presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, também atacou a fala de Doellinger. “É lamentável que ele tenha este conceito equivocado do papel da indústria”, disse, atacando a comparação com a Austrália. “Os países que tiveram uma participação expressiva da indústria no PIB chegaram muito mais rápido ao grau de

desenvolvimento”, acrescentou. E disse que a indústria brasileira ajudou a desenvolver a agricultura.

Para o consultor Welber Barral, da BMJ Consultores Associados, em teoria, o Brasil tem de aproveitar suas vantagens comparativas, porém, com mais de 200 milhões de pessoas teria dificuldade para criar renda e emprego só com a produção agrícola, que remunera pouco o trabalhador e passa por processo de mecanização. E o setor de serviços não é desenvolvido o suficiente para absorver os trabalhadores. “Na prática, o risco de problemas sociais é muito alto,”

Lembrou que os EUA são grandes exportadores de commodities, com serviços desenvolvidos e não abriram mão da indústria. Ressaltou que o setor é penalizado pelo sistema tributário desde 1988, enquanto agricultura exportadora e mineração pagam pouco e serviços têm regimes especiais. “O Brasil tem muito a dar em competitividade para a indústria, principalmente com a reforma tributária.”

Para o professor da UnB José Oreiro, Doellinger fala como se a indústria fosse “algo que está acima da capacidade cognitiva dos brasileiros”. “Esse é um argumento ridículo e totalmente contrário à evidência empírica disponível. Entre 1930 e 1980, o Brasil cresceu a uma taxa média de 8% ao ano puxado pelo crescimento do setor manufatureiro”, disse. “Vantagens competitivas não são um dado da ‘natureza’; mas são construídas ao longo do tempo”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Guedes ganha disputa dentro do governo

Presidente da República diz que fará manobra para que dinheiro siga para Ciência e Tecnologia

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, travou uma batalha dentro do governo para evitar que uma vinculação tornasse o Orçamento da União ainda mais engessado. Desta vez, seu opositor foi o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Guedes ganhou a disputa, mas o presidente Jair Bolsonaro anunciou que a guerra não acabou. E prometeu, em sua "live" semanal, insistir no assunto.

O projeto de lei complementar 135/2020, que impede o contingenciamento das despesas orçamentárias custeadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), foi aprovado pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. Ao sancionar o projeto na semana passada, Bolsonaro vetou dispositivo que proibia o governo de destinar os recursos do FNDCT para a reserva de contingência da União, ou seja, guardar o dinheiro para ajudar no resultado fiscal.

Desta vez, foi contra Marcos Pontes, em torno do FNDCT

O projeto previa também que os R\$ 4,3 bilhões que estavam na reserva de contingência no Orçamento de 2020 fossem usados para financiar despesas relacionadas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, neste ano, junto com os R\$ 4,8 bilhões que estão na reserva de contingência do Orçamento de

2021. Ou seja, no total seriam mais R\$ 9,1 bilhões em gastos adicionais na área. Bolsonaro também vetou.

Depois de fazer os vetos, o presidente disse, em sua “live” do dia 14 de janeiro, que o dinheiro arrecadado para o FNDCT deve mesmo ser gasto em ciência e tecnologia. E informou que o ministro Marcos Pontes queria que o dinheiro do FNDCT (na reserva de contingência) fosse aplicado já.

O presidente afirmou que, por uma questão de legislação, questão de responsabilidade fiscal e por questão do teto de gasto, isso não é possível. Mas anunciou que, assim que as novas mesas do Senado e da Câmara forem escolhidas, o governo vai encaminhar um projeto de lei mudando a legislação. “Ninguém quer furar o teto, mas queremos que o dinheiro descontado do empresariado para fins de pesquisa seja aplicado para isso”, disse. Para a área econômica, a aplicação dos recursos que estão retidos estoura o teto de gastos.

O FNDCT foi criado em 1969 e tem por objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Ele conta com receitas próprias: parcela do valor de royalties sobre a produção de petróleo ou gás natural; percentual das receitas oriundas da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia; e parcela da contribuição de intervenção no domínio econômico, entre outras.

As receitas do FNDCT são vinculadas às despesas da área de ciência e tecnologia, ou seja, não podem financiar outras despesas orçamentárias. O que o governo faz, há muito tempo, para contornar esta vinculação? Destina a maior parte dos recursos arrecadados pelo FNDCT para a reserva de contingência, que consta do Orçamento da União.

Em 2020, por exemplo, R\$ 4,28 bilhões dos recursos arrecadados pelo FNDCT foram destinados à reserva de contingência e apenas R\$ 1,63 bilhão foi aplicado, de acordo com o relatório de execução orçamentária e financeira do fundo, disponível na página da estatal Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) na internet. Em 2019, R\$ 3,39 bilhões foram destinados à reserva de contingência e R\$ 1,41 bilhão foi gasto.

Os recursos destinados à reserva de contingência são contabilizados na conta única do Tesouro Nacional como sendo do FNDCT. Mas eles ficam retidos, ou seja, eles ajudam a atingir a meta fiscal do ano. Posteriormente, o governo edita medida provisória utilizando os recursos acumulados na conta única para abatimento da dívida pública.

O projeto de lei complementar 135/2020, de autoria do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), proibindo que as despesas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, custeadas com recursos do FNDCT, sofram contingenciamento. Exceto se houver frustração das receitas que compõem o fundo.

A proibição de que a tesoura do corte atinja as despesas de ciência e tecnologia, seja para o governo obter a meta fiscal, seja para deixar as despesas dentro do teto de gastos, já constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ou seja, a equipe econômica já tinha essa limitação para o contingenciamento. A diferença, agora, é que a proibição passou a constar em lei complementar.

Guedes conseguiu, no entanto, anular o engessamento da mudança. Para controlar os gastos na área de ciência e tecnologia, bastaria ao ministro da Economia continuar com a prerrogativa de destinar recursos do FNDCT para a reserva de contingência. Por isso, Guedes sugeriu que Bolsonaro vetasse o artigo do PLP 135/2020 que proíbe a alocação de valores do FNDCT para a reserva de contingência. O argumento utilizado pelo ministro foi que a medida resultaria em mais despesas neste ano, com rompimento do teto de gastos. Bolsonaro aceitou.

O ministro sugeriu também que o presidente vetasse o artigo que determina que os recursos do FNDCT retidos na reserva de contingência de 2020 fossem integralmente disponibilizados para execução orçamentária e financeira após a aprovação da lei complementar. O argumento usado foi que a medida atrapalhará a execução de projetos e ações já planejadas das demais áreas do governo. Bolsonaro também aceitou.

Em entrevista à Rádio Senado, o senador Izalci Lucas disse que vai lutar para que os vetos de Bolsonaro sejam derrubados pelo Congresso. Ele acha que contará com o

apoio dos outros parlamentares. “Todos eles sabem da importância de o país ter investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Não vejo nenhuma dificuldade de derrubar os vetos”, afirmou.

Aparentemente para acalmar o ministro Marcos Pontes, Bolsonaro prometeu encaminhar projeto de lei ao Congresso para determinar que os recursos do FNDCT sejam aplicados somente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Assim que houver as mudanças nas mesas do Senado e da Câmara.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

LINK PATROCINADO

Lavadora De Roupas Consul

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app

OLIST

por taboola

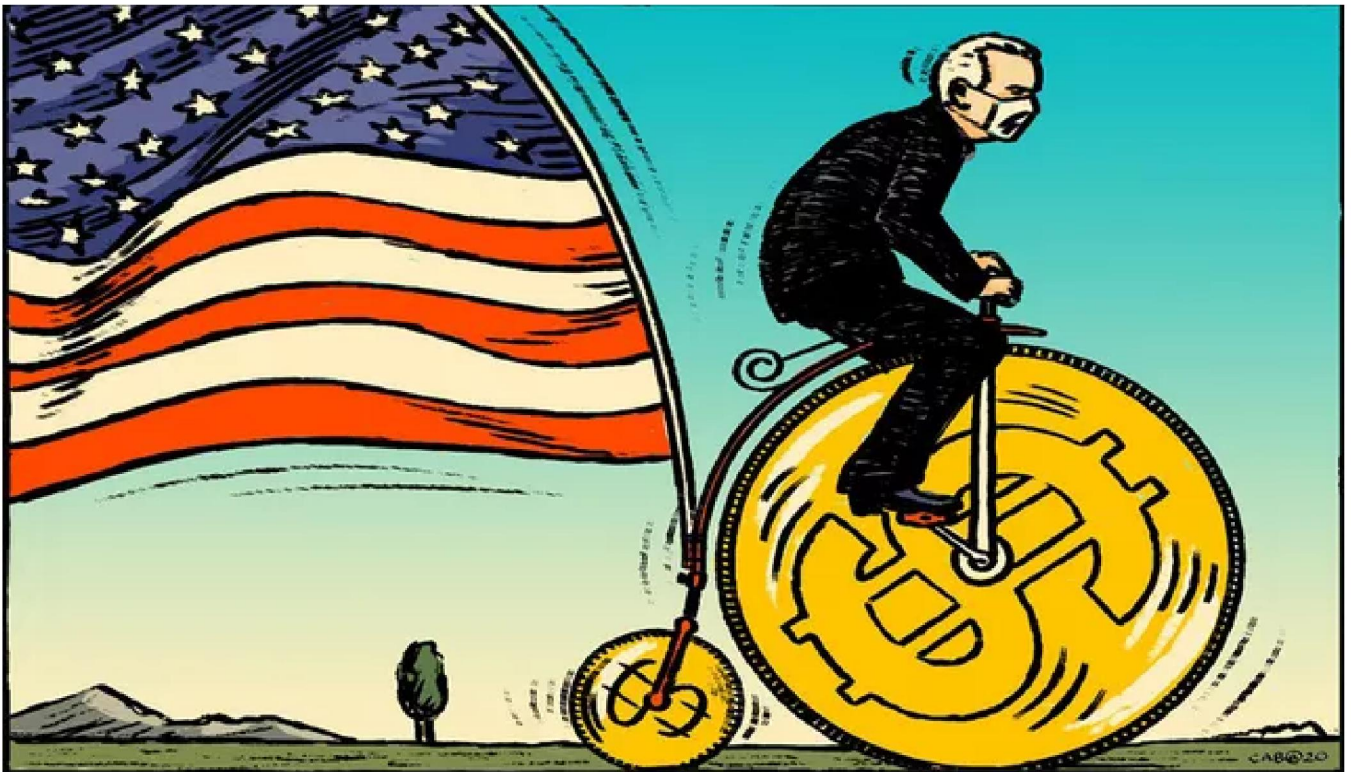
Conteúdo Publicitário

Déficits ainda importam

A 'armadilha da dívida', apesar de negativas da elite, é um problema real

Por Ruchir Sharma

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



O novo presidente dos EUA, Joe Biden, chegou ontem à Casa Branca com planos retumbantes de US\$ 1,9 trilhão em novos estímulos, encorajado pelo consenso cada vez mais sólido entre a elite americana de que os déficits não importam.

Os alertas de que déficits em alta reacenderiam a inflação e corroeriam o dólar vêm se mostrando incorretos há décadas, portanto, está cada vez mais fácil zombar dos linhas-duras defensores da contenção dos déficits como velhos ranzinzas e

excêntricos. A nova mentalidade, manifestada por altas figuras do FMI, do mundo acadêmico e da imprensa, é a de que, com os juros em seus menores patamares históricos e com a inflação há tanto tempo morta, seria insensato, até irresponsável, não captar dinheiro para impulsionar a economia. Nessa linha de pensamento, as quantias (bilhões, trilhões) praticamente não importam, em especial nos EUA, que ainda têm a moeda mais cobiçada do mundo.

Embora governos possam imprimir todo o dinheiro que queiram, eles não podem ditar para onde ele vai, e boa parte dele tem alimentado um tipo diferente de inflação, a inflação do preço dos ativos. A maior parte desses ganhos vai para os mais ricos

Biden capturou perfeitamente esse ponto de vista da elite ao dizer no anúncio de seu plano de gastos: “Com as taxas de juros nos menores patamares históricos, não podemos nos dar ao luxo da inação”.

Essa ideia negligencia os efeitos corrosivos que os déficits e dívidas cada vez mais altos já tiveram sobre a economia mundial. Esses efeitos não são alertas especulativos sobre uma crise futura. Há crescentes evidências, do Banco de Compensações Internacionais (BIS), da OCDE e de Wall Street, de que 40 anos seguidos de intervenções governamentais cada vez maiores na economia levaram a uma desaceleração no crescimento da produtividade - encolhendo o “bolo” geral da economia - e ao aumento na desigualdade de riqueza.

Esta análise não questiona o uso de estímulos durante uma crise; o problema está no impacto acumulado de estímulos constantes. Isso sugere fortemente que os tamanhos crescentes de cada nova injeção também importam. O eleitor médio sente-se justificadamente desconcertado diante da afirmação de que os governos podem captar sem limites e sem consequências.

Segundo nossos cálculos, em 2020, os EUA e outros países desenvolvidos comprometeram uma soma (na mediana) equivalente a 33% de seu PIB em estímulos, trucidando a marca anterior de 10%, vista em 2008. Esses números não incluem o plano de Biden, que levará os estímulos fiscais totais para combater a

pandemia nos EUA a superar os US\$ 5 trilhões, mais do que o PIB da Alemanha ou o do Japão. É muito para uma economia absorver em menos de um ano. E Biden planeja uma segunda proposta de gastos, mais ambiciosa, em fevereiro.

O governo que assumiu argumenta que os juros baixos liberam os governos para captar e gastar volumes ilimitados no futuro próximo. Mas essa afirmação entende a história ao contrário. Em vez de um caminho para a liberdade, as baixas taxas são uma armadilha. Elas encorajam mais captações e mais aumento no endividamento, o que empurra a produtividade para baixo e diminui o crescimento. Isso torna a economia financeiramente frágil, obrigando os bancos centrais a manter os juros baixos. Em vista dos altos níveis de endividamento, apenas um pequeno aumento nas taxas de juros seria suficiente para tornar o fardo da dívida insustentável.

Essa “armadilha da dívida” é, apesar das negativas da elite, um problema real. As dívidas públicas dos EUA e de outros países desenvolvidos, em média, giram em torno a 110% do PIB, em comparação aos 20% de 1970, de acordo com dados do FMI. Durante o período do sistema Bretton Woods, de 1945 ao início dos anos 70, muitos países desenvolvidos tiveram superávits orçamentários constantes. Desde então, passaram a ter déficits constantes, tanto nos maus tempos quanto nos bons.

Cada vez mais, o dinheiro impresso pelos bancos centrais é usado para financiar dívidas governamentais. Muitas elites veem a prática como aceitável, já que isso ainda não reacendeu a inflação dos preços ao consumidor. Embora governos possam imprimir todo o dinheiro que queiram, eles não podem ditar para onde ele vai, e boa parte dele tem alimentado um tipo diferente de inflação - a inflação do preço dos ativos. Desde os anos 70, os mercados financeiros tiveram um crescimento explosivo, passando de um tamanho igual ao da economia mundial para um que hoje é quatro vezes maior. A maior parte desses ganhos vai para os mais ricos, que são os principais detentores de ativos financeiros.

Nos últimos 30 anos, à medida que a era dos estímulos constantes ganhava ímpeto, a riqueza média subiu cerca de 300% no segmento de 1% das famílias mais ricas, 200% no de 9% das famílias seguintes, 100% no de 40% que vem a seguir e 0% no de 50% da parte inferior. Uma em cada dez famílias nesse segmento de 50% tem riqueza negativa (devem mais do que possuem).

Quando os que estão à esquerda, como o senador Bernie Sanders, prometem muitos mais estímulos por vir, eles não fazem essa relação entre estímulos e aumento na desigualdade de riqueza. Já os operadores de Wall Street, fazem. Eles puxam para cima os preços dos ativos quando Sanders defende mais gastos ou quando o presidente do Fed, Jay Powell, promete continuidade no apoio monetário. Eles veem essas promessas como mais dinheiro em seus bolsos.

Estudos recentes, por sua vez, mostram que o dinheiro governamental fácil acaba apoiando as empresas menos produtivas, incluindo as chamadas “zumbis”, altamente endividadas, que sem esses recursos quebrariam.

A firma de análises de investimento BCA Research demonstrou que os países com grandes gastos governamentais inclinam-se a ter crescimento do PIB per capita mais baixo. Da mesma forma, a Ned Davis Research, outra firma de análises, concluiu que, desde 1947, gastos governamentais dos EUA superiores a 22% do PIB estão correlacionados a períodos de menor crescimento. Alertou para o fato de que durante a pandemia essa proporção aumentou para mais de 34%. Minha equipe também encontrou um elo estatisticamente expressivo entre períodos de aumento na dívida governamental e crescimento lento do PIB.

Biden diz que há necessidade urgente de mais estímulos para limitar os danos provocados pelas quebras de empresas e perdas de empregos. Havia justificativa para isso quando a economia estava em declínio. No entanto, à medida que as vacinas chegam e a normalidade retorna, injetar mais estímulos em um paciente já em recuperação provavelmente provocará mais danos do que benefícios.

Décadas de estímulos constantes deixaram o capitalismo mais frágil, menos dinâmico e menos justo, alimentando o populismo raivoso. Déficits importam, sim, em razão dos danos que já estão infligindo. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Ruchir Sharma é estrategista-chefe global do Morgan Stanley Investment Management

Comércio do Brasil com EUA é o que mais sofre com a pandemia

Vendas aos americanos recuaram 27,8% em 2020, mais de quatro vezes a queda geral dos embarques brasileiros para o mundo

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Lanterninha

EUA têm maiores perdas entre parceiros comerciais do Brasil em 2020

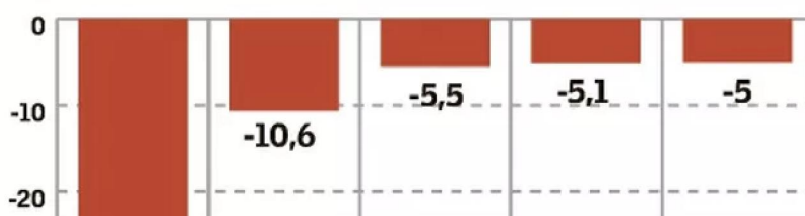
Fluxo bilateral* Brasil-EUA, em US\$ bilhões



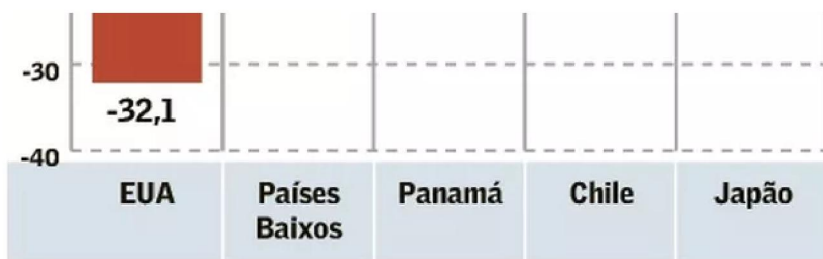
Trocas comerciais têm pior resultado desde a crise financeira de 2009, quando somaram **US\$ 35,6 bilhões**

Maiores quedas de 2020, pela variação da média diária, em US\$ milhões/dia útil

Exportações do Brasil

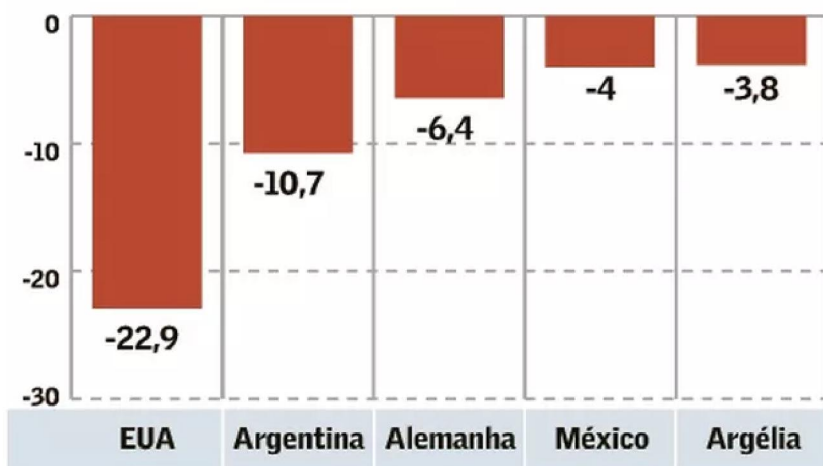


US\$ 8,3 bilhões foi a perda no ano, em valores absolutos, das



exportações aos EUA, a maior entre todos os parceiros comerciais

Importações para o Brasil



US\$ 6 bilhões foi a perda no ano, em valores absolutos, das importações originárias dos EUA, a maior entre todos os parceiros comerciais

Fonte: Amcham-Brasil, a partir de dados do Comexstat. *soma de exportações e importações

A pandemia atingiu as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos mais do que com qualquer outro parceiro. A combinação de uma pauta de exportações e importações marcada por produtos manufaturados e petróleo e seus derivados deixou a relação entre os países especialmente vulnerável ao choque da covid-19 nas economias e no comércio global.

Em 2020, as vendas aos americanos diminuíram US\$ 8,3 bilhões, na comparação com o ano anterior, enquanto as importações brasileiras dos EUA tiveram queda de US\$ 6 bilhões. Os dados são do “Monitor do Comércio Brasil-EUA”, da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil). “A dimensão das quedas é muito dura. No comparativo com outros países, em números absolutos, foram as maiores”, diz Abrão Árabe Neto, vice-presidente executivo da entidade. Na variação pela média diária de trocas, uma métrica ainda mais precisa, segundo ele, os EUA lideram as quedas em exportações (perdas de US\$ 32,1 milhões por dia útil) e importações (retração de US\$ 22,9 milhões).

Em termos relativos, os números também impressionam. As vendas aos americanos recuaram 27,8% em 2020, mais de quatro vezes a queda geral dos embarques

brasileiros para o mundo, o que levou os EUA a perderem três pontos percentuais no total de exportações brasileiras. Já as importações oriundas dos EUA encolheram 19,8%, quase o dobro das compras totais do Brasil no ano passado. O desempenho só não foi pior que o das importações da Argentina (-25,6%) e do México (-24,2%), países com os quais o Brasil mantém forte comércio no setor automotivo.

Com isso, o valor das trocas (soma de exportações e importações) entre Brasil e EUA caiu 23,8% em 2020, para US\$ 45,6 bilhões, o menor nível desde a crise de 2009, quando foram registrados US\$ 35,6 bilhões. O fluxo bilateral com os americanos no ano passado foi menos da metade dos US\$ 101,7 bilhões em trocas com os chineses, aponta a Amcham. O país asiático é o principal parceiro comercial do Brasil, com 28,4% de participação, seguido pelos EUA, com 12,4%.

A queda sentida por aqui também é observada pela ótica americana - a diferença é que, para eles, o Brasil é apenas o 17º parceiro comercial. Segundo dados oficiais dos EUA até novembro de 2020, a queda nas trocas com o Brasil (22,6%) só ficou atrás das perdas com a França (26,9%), entre os principais parceiros.

Segundo Árabe Neto, o Brasil não tem no comércio com outros países uma combinação tão forte de produtos industrializados/de alto valor agregado e petróleo/derivados, dois segmentos que sofreram muito na pandemia. No fluxo Brasil-EUA, a indústria de transformação responde por 86% das exportações e 91,5% das importações. Em cada lado da comercialização de petróleo (óleos brutos e combustíveis), as perdas foram de cerca de US\$ 3 bilhões em 2020, observa o executivo.

Para 2021, a perspectiva da Amcham é de recuperação gradual das trocas entre os dois países. O avanço da vacinação nos EUA e a retomada da atividade por lá podem impulsionar as exportações brasileiras, enquanto um real relativamente mais apreciado e a volta da economia aqui ajudariam as importações. "Não vai acontecer imediatamente em janeiro, mas ao longo do ano devemos observar a recomposição do comércio para patamares próximos de 2019, 2018", diz o membro da Amcham, acrescentando que já houve desaceleração das quedas no quarto trimestre do ano passado.

O plano de recuperação para a economia americana do recém-empossado presidente Joe Biden também pode impulsionar o comércio global e, assim, as trocas com o Brasil. Além disso, Biden deve trazer “um pouco mais de previsibilidade” para a disputa comercial com a China, diz Árabe Neto. O Brasil precisa se preparar, no entanto, para as discussões ambientais, que, segundo o executivo, estarão no topo das prioridades dos EUA e serão temas transversais a todos os assuntos, inclusive comércio e investimentos. “Minha avaliação é que, em um primeiro momento, haverá diálogo e espaço para se buscar convergências.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Refrigerador Top Freezer

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Lojistas de Salvador ganham dinheiro online com esta solução

OLIST

LINK PATROCINADO

Janeiro Branco: o mês da saúde emocional

ZENKLUB

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador

Pacote de estímulo pode mudar

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





— Foto: AP Photo/Evan Vucci

Na primeira entrevista coletiva do novo governo do EUA, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki (foro), disse que o pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão proposto pelo presidente Joe Biden poderá ser modificado nas negociações com o Congresso. Parte do pacote necessita de maioria de 60 votos no Senado, e os democratas têm apenas 50. Ela disse ainda que Biden estará pessoalmente na coordenação do combate à epidemia de covid-19. Psaki foi porta-voz do Departamento de Estado no governo Obama.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

LINK PATROCINADO

Lojistas de Salvador ganham dinheiro online com esta solução

OLIST

LINK PATROCINADO

Janeiro Branco: o mês da saúde emocional

ZENKLUB

por taboola

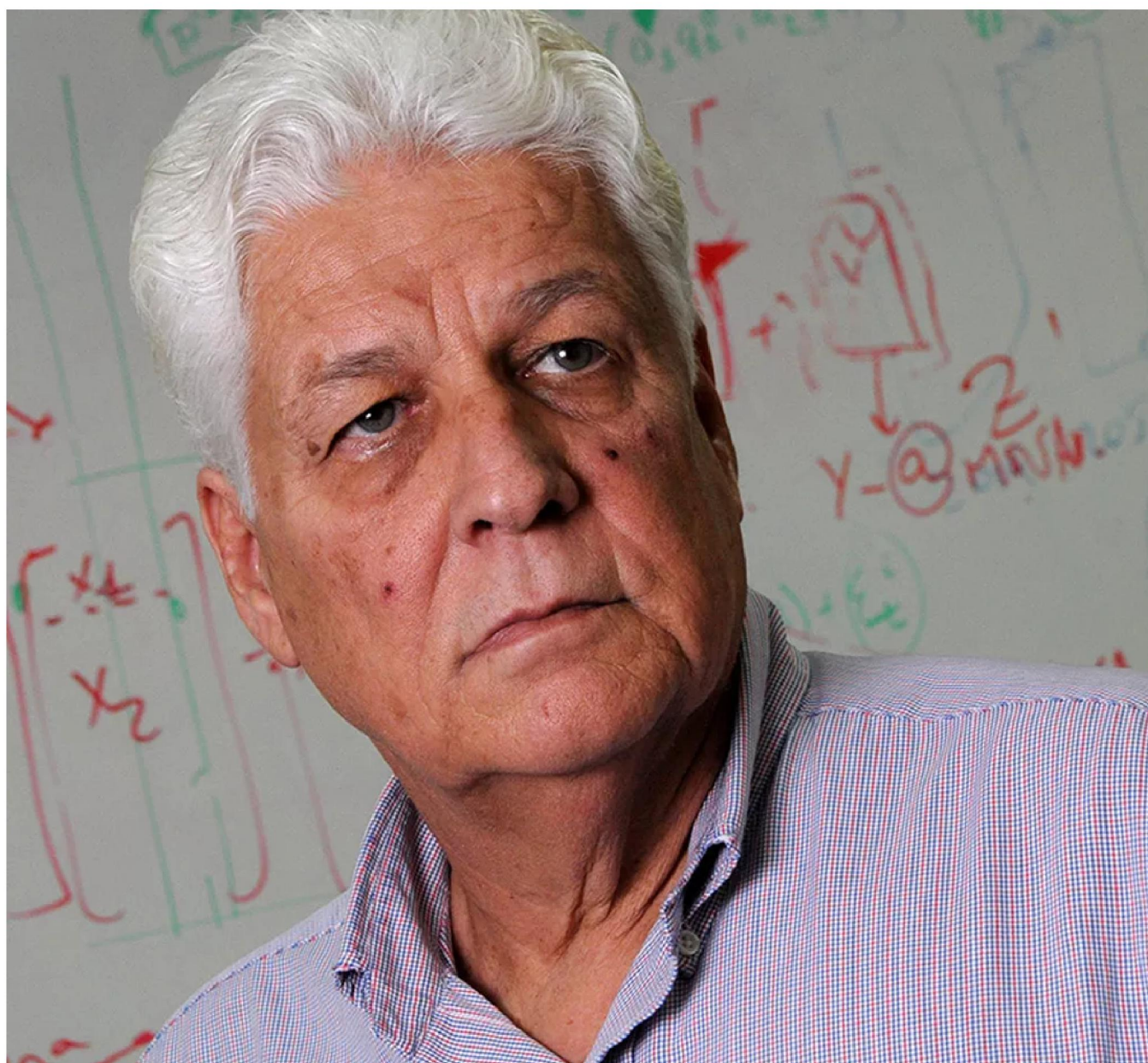
Conteúdo Publicitário

País terá PIB per capita este ano 2,3% menor que em 2019

Estudo da FGV leva em conta encolhimento de 2020 e crescimento de 2021 com base na pesquisa Focus e no FMI

Por Alessandra Saraiva — De São Paulo Rio

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Claudio Considera: recuperação não será suficiente para repor perdas de 2020 — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Brasil deve encerrar 2021 com PIB per capita 2,3% abaixo de 2019, ano anterior à pandemia - e esse indicador não tem prazo para retornar ao que era antes da crise. O alerta partiu dos pesquisadores da Fundação Getulio Vargas Claudio Considera e Juliana Trece, em estudo divulgado ao **Valor**.

Os economistas levam em conta projeções de mercado, do boletim Focus e do FMI, que sinalizam queda de 5,1% no PIB per capita em 2020, devido à pandemia; e crescimento de cerca de 3% na economia em 2021. Mas a recuperação na atividade esperada para este ano não será suficiente para superar perdas da economia brasileira com a crise em 2020, resumiu Considera.

Isso afeta o PIB per capita. O Brasil não está sozinho: de 200 países analisados no estudo, só 30 conseguirão retornar em 2021 ao PIB per capita anterior à pandemia.

Juliana Trece disse que em 2019 o PIB per capita era R\$ 35.247. Deve ter caído para R\$ 33.449 em 2020 e pode chegar a R\$ 34.453 este ano.

A incapacidade de recuperação de PIB per capita no país em 2021, mesmo com estimativa de alta na economia esse ano, leva em conta dois fatores. O primeiro: o “baque” na atividade de 2020 foi muito grande. As projeções da FGV apontam para queda em torno de 4,4% no PIB do ano passado. O segundo é a constatação que, mesmo antes da covid-19, a atividade não vinha em ritmo de crescimento elevado.

O cenário desafiador mesmo antes da covid-19 faz com o PIB per capita do país se recupere a ritmo mais lento do que a média mundial. No estudo, a média do PIB per capita mundial em 2021 ainda vai estar 1,4% abaixo de nível de 2019.

O indicador do Brasil deve ficar menos desfavorável do que média das economias da América Latina. Nesse bloco, o PIB per capita deve encerrar 2021 ainda 6,5%

abaixo do de 2019. O desempenho do continente é afetado por resultados muito ruins, com quedas mais intensas que a média mundial. É o caso da Venezuela, que deve encerrar este ano com PIB per capita 31,9% abaixo de nível covid, e da Argentina, com 9,3% a menos.

No caso das economias emergentes - incluindo o Brasil -, o PIB per capita deve terminar o ano, em média, 0,4% acima de nível de 2019, sendo o único bloco a ter resultado positivo. Mas o desempenho se deve quase exclusivamente à China, que deve encerrar ano com PIB per capita 9,6% acima de 2019.

Questionados sobre quando PIB per capita brasileiro voltaria ao “normal”, com patamar equivalente ao de antes da pandemia, os técnicos foram taxativos ao dizer que não há como fazer previsão adequada. “Depende de inúmeros fatores, e ainda há muitas incertezas”, afirmou Juliana. Para Considera, a “recuperação da atividade econômica depende de retorno de convívio social, e isso só ocorrerá com a vacina”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Lavadora De Roupas Consul

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

O Brasil na transição energética para o hidrogênio verde

Com o seu potencial de energia eólica e solar, Brasil tornar rapidamente um grande exportador de H2V

Por Nivalde de Castro, Ana Chaves e Adely das Dores

21/01/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





— Foto: Makunin/Pixabay

O objetivo deste artigo é demonstrar que o Brasil possui condições concretas de assumir um papel de predominância no processo de transição energética (PTE) mundial, no qual o hidrogênio verde (H2V) irá substituir o petróleo e o gás natural, como principal recurso energético, até 2050.

A crise do petróleo de 1973 instaurou um cenário de risco de segurança de suprimento, com o aumento e a instabilidade do preço do barril, iniciando o PTE. E, a partir da ECO 92, as preocupações com o aquecimento global definiram uma nova dinâmica, firmando os dois vetores principais deste processo: segurança energética e sustentabilidade ambiental.

O hidrogênio deve assumir uma posição predominante na matriz energética mundial até 2050

O PTE mundial é medido pelo aumento da participação das fontes renováveis na composição da matriz energética. A velocidade da transição é muito lenta, em função basicamente de dois elementos. O primeiro, de caráter econômico, está associado à base produtiva da energia, composta por ativos capital intensivos, de longo prazo de maturação e que não foram totalmente amortizados. O segundo, mais crucial, é a garantia da segurança nacional de suprimento, priorizando-se, ao máximo, o uso dos recursos energéticos existentes em seu território.

A União Europeia (UE) é muito dependente da importação de recursos energéticos, ficando exposta ao risco de suprimento. Por isso, adotou políticas públicas com metas ambiciosas para a transição energética, tornando-se o principal player mundial da sustentabilidade ambiental. Deste modo, enquanto que, em 2000, somente 14% da energia elétrica produzida no mundo e na UE era gerada por fontes renováveis, em 2018, o mundo avançou para 25% e a UE atingiu 32%. Esta

performance europeia decorreu dos programas de incentivos às energias eólica e solar, as quais, por serem recursos genuinamente nacionais, reduziram o risco de suprimento e, ao mesmo tempo, promoveram sustentabilidade.

Um novo vetor veio para acelerar o PTE, a pandemia do coronavírus, provocando uma das mais profundas recessões econômicas dos últimos 90 anos. Para superá-la, os países mais ricos estão adotando estratégias de desenvolvimento econômico focadas na descarbonização, mediante vultosos investimentos em tecnologias verdes. São programas que irão alterar de forma definitiva a matriz energética e, o mais estratégico, criar novas cadeias produtivas de bens e serviços, gerando empregos e aumento da renda, com a redução das emissões de CO₂.

Um exemplo é a mutação da indústria automobilística mundial dos veículos a combustão para veículos elétricos. Esta dinâmica, que integra governos, empresas e centros de pesquisa, está criando um círculo virtuoso com novos produtos, processos e serviços, através de maciços investimentos em tecnologias verdes.

Destaca-se que o sucesso da transição energética é inteiramente dependente da disponibilidade de fontes renováveis para efetivar a descarbonização. Porém, como a quase totalidade dos países mais ricos não possui potencial de recursos energéticos renováveis, há a necessidade de um novo recurso para assumir o papel do carvão, no século XIX, e do petróleo, no século XX. Este recurso energético renovável será comercializado no mercado mundial para atender a demanda crescente de energia imposta pelo PTE.

O planejamento energético identifica o hidrogênio (H₂) como o recurso capaz de atender esta demanda e assumir uma posição predominante na matriz energética mundial até 2050. Os desafios tecnológicos, porém, são grandes para a sua produção, transporte e armazenamento, mas investimentos e motivações sobram.

Um fator técnico relevante é que a produção mais eficiente do H₂ é intensiva em energia elétrica. Segundo os planos da UE, em uma primeira fase, o H₂ será produzido através da reforma do gás natural (H₂ azul). Porém, em seguida, o H₂ deverá ser produzido com energia elétrica derivada de recursos renováveis (eólico e solar), na forma de H₂V para viabilizar a descarbonização prevista.

Neste cenário, será formado um mercado mundial da commodity H2, com uma estrutura bem mais competitiva e favorável aos países ricos, dado que qualquer país capaz de produzir energia elétrica poderá produzir e exportar H2. Neste novo contexto energético mundial, o Brasil tem condições concretas de se tornar rapidamente um grande exportador de H2V, especialmente por dois fatores.

O primeiro, e mais relevante, é o seu potencial de energia eólica e solar, ímpar em relação ao resto do mundo. Estimativas preliminares da EPE (PNE 2050) indicam um potencial eólico de 700 GW offshore e 353 GW onshore, enquanto que, em dezembro de 2020, a capacidade instalada desta fonte atingiu 16 GW. Já o potencial da energia solar é de 307 GWp, com pouco mais de 3 GWp instalados hoje. Destaca-se que a capacidade instalada total de geração do Brasil em fins de 2020 era de 165 GW (ONS).

O segundo fator é a estrutura institucional que contempla uma política energética com planejamento de longo prazo (EPE), operação centralizada do sistema elétrico que atende a carga espacialmente dispersa no território brasileiro, marco regulatório consistente e independente (Aneel), eficiente sistema de compensação de contratos (CCEE) e padrão de financiamento consolidado (BNDES).

Este marco institucional, desenvolvido desde 2000, conseguiu garantir a ampliação da capacidade geradora e de transmissão, via leilões competitivos, firmando contratos de longo prazo, indexados, com previsibilidade de receita e segurança jurídica, atraindo os investimentos necessários com predominância crescente de agentes privados.

Nestes termos, o Brasil possui plenas condições de assumir uma posição de liderança no mercado mundial da nova commodity energética, o hidrogênio verde, em função de seu imenso potencial de fontes renováveis e modelo de contratação seguro para novos investimentos.

Nivalde de Castro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Gesel - Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

Ana Carolina Chaves e Adely Maria das Dores são pesquisadoras do Gesel-UFRJ.

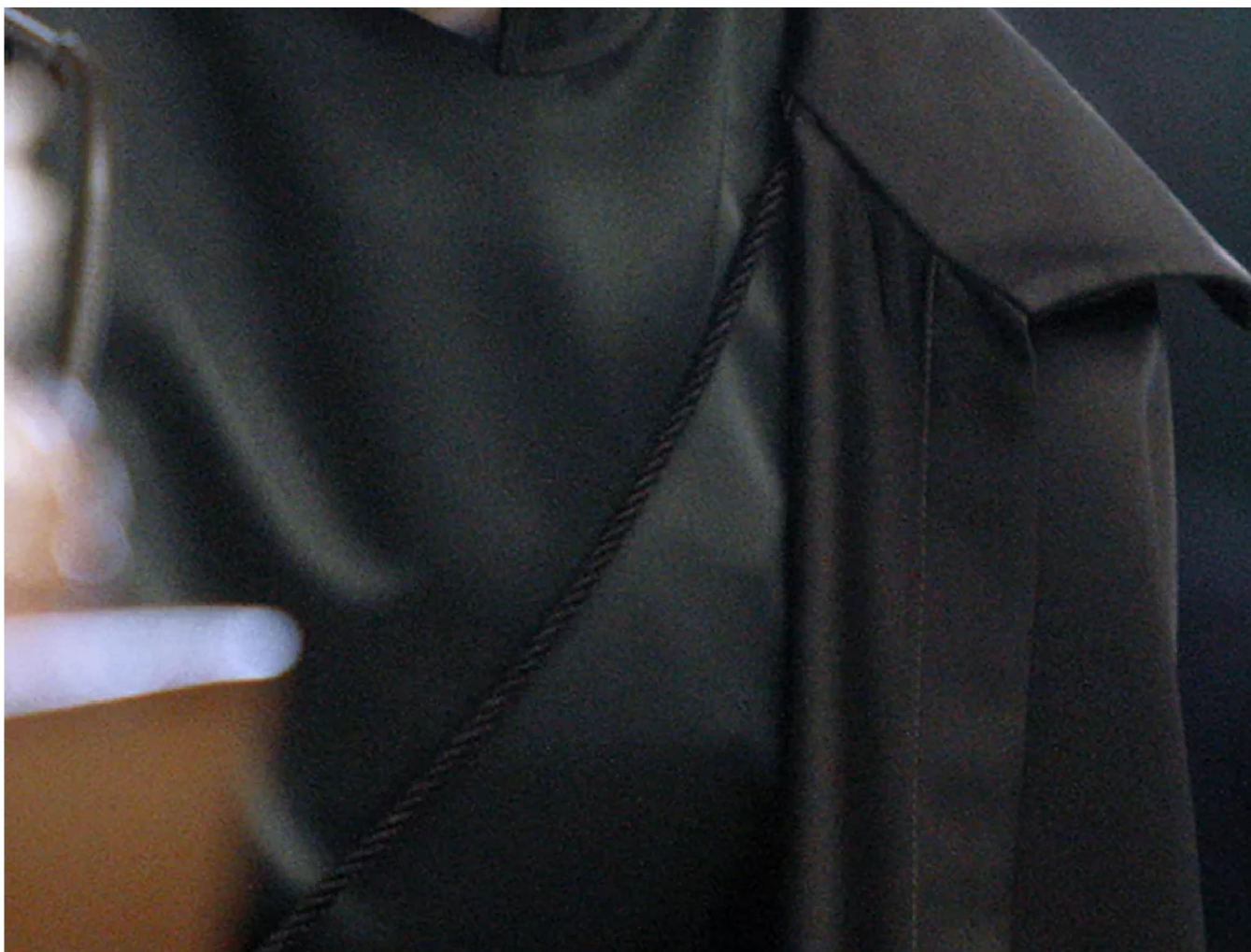
Marco Aurélio nega todos os pedidos de modulação

Estudo elaborado por advogados mostra a quantidade de decisões com modulação de efeitos e o comportamento dos ministros

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

21/01/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Ministro Marco Aurélio: modulação de efeitos é o jeitinho brasileiro — Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

O ministro Marco Aurélio foi o único entre os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) a votar contra a modulação de efeitos em todos os casos tributários que foram julgados na pandemia. Esse comportamento destoa dos demais. Cinco ministros, por exemplo, tiveram aumento no índice de aplicação da medida.

A escolha pela modulação faz com que os efeitos da decisão do STF fiquem restritos a um determinado período. Só terá eficácia a partir da data do julgamento, publicação do acórdão ou um outro momento que venha a ser fixado pelos ministros.

Nos processos tributários, dizem os advogados, há de se ter cuidado para não banalizar esse instrumento. Principalmente nos casos em que a decisão favorecer o contribuinte. Se modular e garantir a arrecadação indevida, afirmam, poderá haver um estímulo à criação de normas inconstitucionais.

Um estudo elaborado pelos advogados Leonel Pittzer, Ariel Möller e Vanessa Perlingeiro mostra a quantidade de decisões, com modulação de efeitos, desde que os ministros, em 2006, passaram a admitir a aplicação dessa medida para os recursos extraordinários. A pesquisa tem fins acadêmicos e vem sendo atualizada ano a ano.

Nesse levantamento consta o comportamento de cada ministro. Luís Roberto Barroso, por exemplo, concordou em 80% das vezes em que participou do julgamento de processos tributários com pedido de modulação. Antes da pandemia, o índice do ministro era de 50%.

Gilmar Mendes passou de 35% para 60% na comparação do antes e durante a pandemia. Luiz Fux, o presidente da Corte, foi de 44% para 60%. Dias Toffoli de 40% para 50% e a ministra Cármen Lúcia, que antes da pandemia tinha índice de 45% de concordância, subiu para 50%.

“Quando você modula, você estimula a edição de leis contrárias à Constituição Federal e isso é muito ruim. É, ao meu ver, o jeitinho brasileiro. Precisamos amar um pouco mais a Constituição Federal e dar a ela a eficácia que precisa ter. Por isso eu sou contra a modulação de efeitos dos pronunciamentos do Supremo”, justificou, ao **Valor**, o ministro Marco Aurélio.

A percepção do mercado é a de que os ministros mais propensos à modulação se preocuparam muito, durante a pandemia, em garantir que os cofres públicos não fossem afetados. Há casos, porém, que a não aplicação da medida pode gerar um efeito devastador para os contribuintes, como o que trata da contribuição previdenciária patronal sobre o terço de férias.

Os ministros decidiram, no mês de setembro, pela incidência da contribuição previdenciária - discordando do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caráter repetitivo. O pedido de modulação foi apresentado por meio de embargos que ainda estão pendentes de julgamento.

Se os ministros não impedirem cobranças referentes ao período anterior à decisão, o rombo, no caixa das companhias, será de cerca de R\$ 100 bilhões. O cálculo é da

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira Frost Free Continental TC41S 370 Litros Duplex

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Emagrecimento: Mulheres em Salvador estão emagrecendo com amostras grátis

KETO BOOST

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Refrigerador Top Freezer

FASTSHOP

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O que é o Janeiro Branco?

ZENKLUB

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Questionado sobre demissão no BB, Bolsonaro pede troca de pergunta a apoiador

VALOR INVESTE

Razão para demora do início da vacinação no país é pergunta a ser respondida por Bolsonaro, diz Doria

VALOR INVESTE

Em recado a Doria, Bolsonaro diz que vacina é do Brasil, não de um governador